

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

STEFANO ARROQUE

**CENÁRIOS POLÍTICOS EM RELAÇÃO AO EURO EM EVENTUAIS GOVERNOS
DE CENTRO-DIREITA NA ITÁLIA**

Porto Alegre

2017

STEFANO ARROQUE

**CENÁRIOS POLÍTICOS EM RELAÇÃO AO EURO EM EVENTUAIS GOVERNOS
DE CENTRO-DIREITA NA ITÁLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Arroque, Stefano

Cenários Políticos em Relação ao Euro em Eventuais Governos de Centro-Direita na Itália / Stefano

Arroque. -- 2017.

60 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Política italiana. 2. Política europeia. 3.
Nacionalismo. 4. Euro. I. Castro, Henrique Carlos de
Oliveira de, orient. II. Título.

STEFANO ARROQUE

**CENÁRIOS POLÍTICOS EM RELAÇÃO AO EURO EM EVENTUAIS GOVERNOS
DE CENTRO-DIREITA NA ITÁLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro - Orientador - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Ranincheski - UFRGS

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, minha *alma mater*, que me proporcionou, durante esses quatro anos de estudos no curso de Relações Internacionais, grandes oportunidades de aprendizado, desenvolvimento, e crescimento, e fez com que conhecesse pessoas incríveis – amigos por quem tenho a mais alta estima, e que espero ter comigo por um longo tempo. Dentre os professores com quem tive o privilégio de ter aula, agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Henrique Carlos de Oliveira de Castro, pela grande ajuda na realização deste trabalho, e pelas orientações que me deu ao longo da minha trajetória acadêmica, sem as quais esta trajetória teria sido infinitamente mais difícil. Agradeço também aos professores que compõem a banca, Prof^a. Sonia Ranincheski e Prof. Gustavo Grohmann, pelo interesse no meu trabalho.

Não teria sido possível para mim passar por essa jornada acadêmica sem a ajuda de algumas pessoas, a quem tenho muito a agradecer. Agradeço calorosamente à Julia, por todo o amor, amizade, revisões gramaticais, companhia, ajuda nos momentos mais difíceis e comemorações nos momentos alegres. À Roberta, pela amizade, carinho, e pelas muitas ajudas em assuntos relacionados a metodologia e organização. À Marielli, por ter me ajudado e ensinado tanto ao longo destes quatro anos de inabalável amizade, ao Bruno, à Ana Paula e à Thaís pela grandíssima amizade e ajuda mútua. À Maria Cristina e à Greice, pela amizade fraternal, pelas conversas, e pelo apoio moral que me foi dado. Agradeço também, por todos os bons momentos, conversas, e trocas de ideias, à Isabella, à Natia, à María, e a tantos outros que marcaram esses últimos quatro anos.

Devo muito do que aprendi durante a faculdade ao grupo de pesquisa em Cultura Política, Estado, e Relações Internacionais (CESPRI), no qual entrei em 2015, e de que tenho sido um orgulhoso membro desde então. Nesse grupo, muitas das minhas ideias aqui presentes surgiram e evoluíram, muitas amizades se formaram, e outras se fortaleceram. Agradeço imensamente à professora Sonia pela acolhida, pela ajuda em tantos assuntos e por ter me acompanhado desde o meu primeiro semestre, na cadeira de Introdução às Relações Internacionais.

Por fim, agradeço à minha família, à minha mãe, Cristina, ao meu pai, Rui, ao meu irmão, Thomaz, aos meus avós, e a todos os familiares que tiveram algum papel na minha formação. A vocês, devo tudo que sou, que fiz, que estudo para ser, que almejo fazer. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

“Politica vuol dire realizzare.”

Alcide de Gasperi, 1949

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a construção de cenários a respeito da política para o euro de um eventual governo de coalizão de centro-direita na Itália após as eleições de 2018. Busca-se verificar quais seriam as prováveis políticas elaboradas pela coalizão, de acordo com o partido dominante. Para isso, fez-se uma elaboração teórica a respeito de conceitos-chaves para o trabalho, como nação, nacionalismo e euroceticismo. De modo a compreender a formação do sistema partidário contemporâneo, fez-se também um panorama da história política da Itália desde a Unificação, e do nacionalismo italiano desde suas origens no século XVIII, que deram origem ao *Risorgimento*. Para a construção de cenários, além das informações fornecidas pelos partidos e seus respectivos líderes a respeito das políticas, foram utilizados dados históricos a respeito da formação de coalizões dentro da centro-direita italiana. Estes são elaborados com base nas características ideológicas e propostas de cada um dos partidos da possível coalizão, levando em consideração as semelhanças e divergências que possibilitem, ou impeçam, a formação de um governo estável com uma política concreta para o euro.

Palavras-chave: Itália. Euro. Centro-direita. Nacionalismo. Euroceticismo.

ABSTRACT

This essay's main objective is the construction of scenarios regarding the policies towards the euro of a prospective center-right-led coalition government in Italy, after the 2018 elections. It aims to understand what would be the likely policies put forward by the coalition, according to the dominant party within it. Thus, a theoretical formulation of the essay's key concepts, such as nation, nationalism and Euroscepticism has been elaborated. In order to understand the formation of the current political party system, a historical panorama of Italy's parties since Unification has been made, as well as one of Italian nationalism since its origins in the 18th Century, which led to the *Risorgimento*. For the construction of scenarios, historical data about coalition-building inside the Italian center-right was used, in addition to information provided by the parties and their leaders on the relevant policies. The scenarios are elaborated based on the ideological characteristics and policy proposals of each of the potential coalition's parties, taking into consideration the similarities and differences that might enable, or impede, the formation of a stable government with a concrete policy towards the euro.

Keywords: Italy. Euro. Center-right. Nationalism. Euroscepticism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AN	Aliança Nacional
AP	Alternativa Popular
CLN	Comitê de Libertação Nacional
DC	Democracia Cristã
DL	Democracia é Liberdade - A Margarida
DS	Democratas de Esquerda
FdI	Fratelli d'Italia
FI	Forza Italia
FPÖ	Partido da Liberdade da Áustria
M5S	Movimento 5 Estrelas
MDP	Movimento Democrático Progressista
MSI	Movimento Social Italiano
NCD	Nova Centro-Direita
PCI	Partido Comunista Italiano
PD	Partido Democrático
PDS	Partido Democrático de Esquerda
PLC	Partido Liberal Constitucional
PLI	Partido Liberal Italiano
PNF	Partido Nacional Fascista
PPI	Partido Popular Italiano
PRF	Partido Republicano Fascista
PRI	Partido Radical Italiano
PSDI	Partido Socialista Democrático Italiano

PSI Partido Socialista Italiano

UE União Europeia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. ELABORAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL DO TRABALHO.....	14
2.1. Origem e Difusão dos Ideais Nacionalistas na Europa.....	15
2.2. Tipologias e Classificações do Nacionalismo.....	18
2.3. O Nacionalismo na Sociedade Internacional.....	21
3. PANORAMA HISTÓRICO DO NACIONALISMO NO SISTEMA POLÍTICO ITALIANO.....	25
3.1. Origens do Pensamento Nacionalista na Itália.....	25
3.2. <i>Risorgimento</i> e Unificação Italiana.....	27
3.3. As Revoluções de 1848 na Itália e a Ascensão de Vittorio Emanuele II.....	28
3.4. Cavour e a Unificação Territorial.....	30
3.5. A Itália liberal e a Gênese de um Sistema Partidário.....	31
3.6. O Regime Fascista.....	35
3.7. A Primeira República.....	36
4. O PANORAMA POLÍTICO ATUAL E CENÁRIOS PARA UM EVENTUAL FUTURO GOVERNO DE CENTRO-DIREITA.....	41
4.1. A Política Para o Euro dos Partidos de Centro-Direita.....	44
4.2. Atores Não-Partidários Relevantes.....	47
4.3. Cenários de Governos de Centro-Direita.....	47
4.3.1. O Primeiro Cenário: Vitória Eleitoral do Forza Italia.....	48
4.3.2. O Segundo Cenário: Vitória Eleitoral da Lega Nord.....	50
5. CONCLUSÃO.....	52
6. REFERÊNCIAS.....	55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido nas temáticas de política italiana e europeia, estudos europeus, e de estudos do nacionalismo, movimentos nacionalistas, suas motivações e atuação no contexto político europeu, e, particularmente, no italiano. Busca-se responder à seguinte pergunta: Quais seriam os cenários mais plausíveis de políticas para o euro em um eventual governo de centro-direita na Itália? Visando respondê-la, apresentar-se-á dois cenários plausíveis de formação de governo e as suas respectivas políticas para o euro, a partir da análise de suas ideologias, programas, história recente, valores, e propostas relacionadas à moeda comum.

O objetivo geral do trabalho é a elaboração dos cenários políticos para o euro em um eventual governo de centro-direita na Itália. Os objetivos específicos são: i) a explanação, diferenciação e delimitação teórico-conceitual dos principais conceitos a serem utilizados - direta ou indiretamente - no decorrer do trabalho, como nação, nacionalismo e euroceticismo; ii) a contextualização histórica do sistema político italiano de 2017, a partir da análise da continuidade ideológica entre os partidos contemporâneos e seus precursores a partir de 1860; iii) a apresentação do teatro político italiano conforme observado em 2017, a partir da preliminar contextualização histórica e situação teórica, focando nas posições de cada um dos principais partidos com relação à União Europeia e ao euro; e iv) a elaboração, com base nas informações anteriores, de cenários políticos em relação ao euro.

Foram utilizadas neste trabalho fontes primárias - como manifestos, pronunciamentos, entrevistas, programas partidários, entre outros - e secundárias a respeito do tema proposto. A metodologia foi analítico-dedutiva, a partir do marco de análise de conjuntura e de construção de cenários políticos. Especialmente, a metodologia visou a i) traçar linhas históricas entre os partidos atuais e seus equivalentes históricos - em particular, das últimas décadas - e analisar a continuidade, rupturas e modificações ideológicas ocorridas - com especial atenção para tais processos nos campos de centro-direita e direita; ii) encontrar de convergência e divergência entre os posicionamentos de cada partido, e, a partir destes, analisar a possibilidade de formação de coalizões relativamente estáveis e as suas prováveis políticas para o euro, condicionadas pelo partido que assumir a liderança da coalizão em cada um dos cenários.

Tendo em mente o dinamismo da política italiana e a situação econômica e política particular do país, assim como a ausência de um programa eleitoral de coalizão claro para as eleições de 2018, é necessário ressaltar que as propostas de cada partido estão sujeitas a constantes modificações, de caráter mais conjuntural do que estrutural - ou seja, mantendo o caráter ideológico do partido intacto, característica do sistema político italiano. Destarte, ter-se-á particularmente atenção a tais modificações, especialmente àquelas ocorridas a partir de 2015 até dezembro de 2017.

O posicionamento da população italiana a respeito da moeda comum se mantém dividido¹. Em uma pesquisa publicada em outubro de 2017 pelo Eurobarômetro, 45% dos entrevistados italianos afirmaram que o euro é benéfico para o país, em oposição a 40% que veem a moeda comum como prejudicial (EUROBARÔMETRO, 2017). Ao mesmo tempo, 62% dos entrevistados acreditam que o euro é benéfico para a UE como um todo - uma discrepância considerável, que pode ser interpretada como uma inferência a respeito da posição italiana em relação aos outros membros do bloco². Faz-se, portanto, importante a compreensão tanto da retórica contrária ao euro empregada pelos partidos que a ele se opõem, quanto das possibilidades reais de aplicação de tal retórica na esfera prática da política. As eleições que serão realizadas em 2018 serão as primeiras com a presente organização partidária, em um momento político consideravelmente distinto daquele no qual as eleições mais recentes, de 2013, ocorreram. A escassez de trabalhos com esta temática, ou mesmo outras similares, em língua portuguesa tornam a realização de estudos que tragam a temática para uma audiência lusófona ainda mais importante.

No decorrer do presente trabalho, utilizar-se-á extensivamente o conceito de Nacionalismo, um dos principais temas do discurso de centro-direita e direita italianos e cujo crescimento é considerado – como se poderá observar nos argumentos que serão apresentados no decorrer da monografia – como um dos principais fatores por trás do recente crescimento deste campo ideológico nas pesquisas. Desta forma, antes de prosseguir para a contextualização histórico-política que servirá de base para os cenários, faz-se importante explicar o conceito de nacionalismo – e conceitos adjacentes como os de Nação, Etnia, entre outros. Na sessão 1, serão apresentadas algumas das mais importantes interpretações

¹ Em 2016, a mesma pesquisa apresentou resultados majoritariamente negativos - 47% afirmaram que o euro trazia mais malefícios do que benefícios (EUROBARÔMETRO, 2016). A pesquisa mais recente aponta uma retomada, ainda que tímida, da confiança na moeda comum. Contudo, devido à margem de erro, não é possível afirmar com segurança que a opinião seja favorável ou contrária em ambos os anos.

² Segundo a mesma pesquisa, 64% dos cidadãos de Estados-membro da UE consideram o euro benéfico para seu país, e 74% para a UE (EUROBARÔMETRO, 2017).

sociológicas e políticas a seu respeito, culminando na síntese entre estas que será assumida como a definição a nortear o entendimento de Nacionalismo presente no trabalho. Também será apresentado e explanado o conceito de euroceticismo, conforme a sua elaboração utilizada no decorrer do trabalho. Posteriormente, com base na teoria de James Mayall (1990), será feita uma breve apresentação do conceito de nacionalismo inserido no panorama da sociedade internacional.

Na segunda sessão, far-se-á uma apresentação histórica da evolução da ideia de nacionalismo italiano até a unificação, e, posteriormente, do sistema político-partidário do Reino da Itália - e, posteriormente, da República Italiana - com atenção especial para as manifestações nacionalistas neste presentes. Durante esta apresentação, tratar-se-á tanto do caráter individual dos principais partidos e correntes políticas de cada período, quanto das coalizões formadas por estes, e sua inserção no sistema europeu e internacional da época. Apesar da complexa sucessão de partidos políticos, cujo tempo de existência é frequentemente curto, busca-se localizar linhas ideológicas que conectam diferentes partidos em diferentes épocas, tais como o nacionalismo italiano, o liberalismo, o socialismo, o comunismo e o catolicismo político. Para fins de organização mais lógica e eficiente do trabalho, esta sessão apresentará a evolução do sistema partidário italiano até o final da chamada Primeira República, na década de 1990, quando a ordem vigente desde o final da Segunda Guerra Mundial se desfaz, levando à reorganização do sistema partidário.

A terceira parte foi dividida em duas: inicialmente, será apresentada a evolução do sistema político-partidário desde a década de 1990 até as modificações mais recentes, de 2017, a ideologia de cada um dos principais partidos que participarão nas eleições de 2018, e as suas posições com relação ao euro. Em decorrência do objetivo geral do trabalho, as particularidades dos três partidos que compõem a coalizão de centro-direita, que serão considerados os principais atores durante a construção dos cenários, serão devidamente analisadas. Em seguida, as posições de atores não-partidários como a União Europeia, e o setor econômico, serão brevemente discutidas.

Na segunda parte da terceira sessão, serão propostos os dois cenários. Durante a sua apresentação, serão retomados aspectos importantes, como dados ideológicos, políticos, pesquisas de opinião, assim como serão apresentadas informações a respeito das possibilidades de cada partido de uma vitória eleitoral. Explicar-se-á, também, o motivo da realização dos cenários com as particularidades apresentadas. Cada cenário será dividido em uma breve introdução, com as informações citadas, seguido da posição do principal partido a

respeito do euro, as semelhanças e diferenças em relação aos parceiros de coalizão, as possibilidades de sucesso e fracasso da coalizão de acordo com as circunstâncias externas e internas – no qual são apresentadas situações hipotéticas para ambos – e o grau de estabilidade que a coalizão provavelmente teria. Por fim, na conclusão, serão retomados os principais pontos do trabalho, e serão apresentadas as considerações finais, resultados de sua elaboração.

2. ELABORAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL DO TRABALHO

Nacionalismo é frequentemente definido como o sentimento de pertencimento a uma comunidade definida em torno de uma identidade de cultura, história, religião, símbolos e território – ou seja, uma nação. Benedict Anderson (1983) define as nações como “*an imagined political community – and imagined as both inherently limited and sovereign*”. Sua legitimidade se dá não apenas pela existência de características comuns entre seus membros como também pelo seu reconhecimento como tal por seus membros – ainda que não haja qualquer relação social prévia entre dois membros de uma mesma nação, a existência desta como denominador comum leva-os a perceber-se como camaradas, membros de uma mesma comunidade. Ernest Gellner (1983), em sua obra *Nations and Nationalism*, define a nação em termos similares, ressaltando o papel do reconhecimento mútuo, de seus deveres e direitos como membros de uma mesma nação, no surgimento de tais comunidades – sem que isto aconteça, mesmo semelhanças culturais ou linguísticas não seriam suficientes para o ‘estabelecimento’ de uma nação. Para Anderson (1983), a existência de tal fraternidade entre membros de uma mesma comunidade foi o que permitiu que tantos estivessem dispostos a levar sua aliança à nação até às últimas consequências – a estarem dispostos a matar e morrer por ela.

É consenso entre a maioria dos estudiosos que o nacionalismo é um fenômeno relativamente recente – tendo surgido no período posterior à Idade Média, consoante com a formação de Estados centralizados – resultado de processos históricos, sociais e políticos que se intensificaram a partir da transição de um modelo agrário-feudal para uma sociedade industrial. Gellner (1983) ressalta o papel desta transição – e particularmente das mudanças no sistema educacional – no desenvolvimento do sentimento de pertencimento a uma nação. São consideradas condições necessárias para a existência de uma sociedade agrária a organização social em pequenas comunidades rurais com esparsas conexões entre si, uma estrutura social complexa baseada em estamentos e com pouquíssima mobilidade social e a concentração da alta cultura – presente em livros e resultado de esforços acadêmicos e

escolásticos – em uma pequena elite. A sociedade industrial, por sua vez, é classificada como altamente móvel, e dependente de um sistema de educação universal, cujo papel como provedor de uma espécie de “treinamento geral” para futuros trabalhadores é complementado pela apresentação - e exposição - de seus estudantes a uma nova ideologia de caráter centralizador, voltada para a nação como um ente superior e comum a todos, definidor da cultura e destino final da aliança e lealdade de todos os seus cidadãos. Neste momento, as fronteiras da nação passam a ser confundida com as do Estado, posto que estes, por sua vez, se apresentam como estruturas políticas delimitadas com base em linhas étnico-nacionais e relativamente monoculturais. Neste sentido, ainda que não seja utilizada no decorrer do presente trabalho, é importante fazer menção à obra de Eric Hobsbawm (1992) a respeito do tema, que traz também uma visão do nacionalismo como uma construção social e histórica, sob um ponto de vista marxista – em conformidade com a linha acadêmica do autor. Hobsbawm (1992) via o nacionalismo em termos de uma ideologia concebida durante um período específico de desenvolvimento do Estado, e a nação como uma criação *a posteriori* em relação ao próprio nacionalismo: esta é o resultado de uma construção ideológica originada nas classes dominantes.

Gellner (1983), assim como Anderson (1983), refuta a ideia de primordialidade da nação, reconhecendo-a como produto de uma era onde lealdades demasiadamente locais (os vilarejos, os pequenos principados), ou demasiado grandes e, portanto, abstratas (a Igreja, a *ummah*, e outras estruturas religiosas) deixavam de ser desejadas, ou mesmo compatíveis, com o novo modelo. Para o primeiro, a era industrial exige uma linguagem comum e codificada para instrução e comunicação, a migração e mobilidade humana de seu *status* agrário ancestral para as cidades, onde conviveriam com indivíduos em semelhante situação socioeconômica, porém de proveniência diferente, e uma cultura capaz de amalgamar e em certa medida substituir àquelas que a precederam. Destarte, o nacionalismo aparece como a alternativa mais favorável para o cumprimento de tais objetivos.

2.1. Origem e Difusão dos Ideais Nacionalistas na Europa

Ainda que a tese a respeito do papel da educação e da alfabetização de massa para a difusão do nacionalismo entre os povos europeus seja comum aos dois autores, diferente ênfase é dada, respectivamente, por Gellner (1983) e Anderson (1983) aos mais relevantes meios por que tais ideias passaram de modo a popularizar-se. Enquanto o primeiro apresenta a escolaridade, e a formação acadêmica *per se* como elemento-chave, o segundo dá especial ênfase à mídia, à linguística e ao crescimento e popularização da imprensa. Para o presente

trabalho, contudo, estas serão consideradas como complementares - posto que seria impossível delimitar a primordialidade de uma em relação à outra. Poder-se-ia, contudo, afirmar que a escolaridade seria uma forma de absorção do nacionalismo *ex ante*, dado que este seria apresentado concomitantemente com a própria alfabetização, e o consumo de mídias com temáticas nacionalistas uma forma *ex post*, pois, para que seja efetuado, assume-se do indivíduo um grau preexistente de educação.

O principal denominador comum, nos exemplos supracitados, é a linguagem. Seu papel na formação de uma mitologia nacionalista é inegável - como foi verificado nas Revoluções de 1848 - e, assim, muita atenção é dedicada à sua padronização. Anderson (1983) utiliza o exemplo da Primavera dos Povos no Império Austríaco, onde linguistas participaram ativamente nas sublevações - como no caso do eslovaco Ľudovít Štur, linguista, escritor e um dos responsáveis pela padronização de sua língua materna, que se tornou herói nacional por seu papel de liderança nos eventos de 1848 (MAXWELL, 2009). Disputas relativas ao uso de idiomas diferentes do alemão e do latim dominantes - e, em um segundo momento, do húngaro - estiveram no cerne dessas revoluções desde o princípio (TAYLOR, 1965), e o papel basilar desta na identidade nacional dos povos foi amplamente explorado por seus líderes. Se a cultura pode ser definida como sendo um sistema complexo de códigos e símbolos (VELHO e CASTRO, 1978), o idioma é o meio pelo qual tais códigos e símbolos são transmitidos e interpretados.

Por meio da linguagem, é possível desenvolver uma ideologia voltada à promoção da identidade nacional e construir simbolismos que a representem: hinos, canções patrióticas, épicos, entre outros. Sua elaboração, para Gellner (1983), se dá a partir de elementos de sociedades e culturas preexistentes, os quais são amalgamados - e, muitas vezes, modificados - de forma a criar um todo capaz de contemplar, e ser transmitido para, grandes números de pessoas. O teórico do nacionalismo Miroslav Hroch (1985) descreveu o processo de criação de mitologias nacionais - conhecidas popularmente como Renascimentos ou Despertares nacionais - como consistente de três períodos: o “interesse acadêmico”, a “agitação patriótica” e a “formação de um movimento de massa”. À primeira fase correspondem os estudos por parte de acadêmicos, pesquisadores e letrados a respeito da história, tradições e outros assuntos relativos à sua região - algo que Paul Robert Magocsi (2002) classifica como “coleta de heranças” (MAGOCSI, 2002). Esta fase é de escopo limitado, posto que não se expande para além dos círculos compostos pelos próprios pensadores e estudiosos dedicados ao tema, e tende a focar mais em questões históricas e do passado do que em quaisquer elaborações a

respeito do futuro da nação. A segunda fase se inicia quando tais conhecimentos e motivações encontram uma audiência maior, composta por membros de outros setores da sociedade que não o dos intelectuais supracitados. Durante este período, passa-se a perceber a nação no tempo presente. As agitações patrióticas se dão devido à percepção de opressão por parte de um poder estrangeiro - externo à nação - e/ou de necessidade de controle político do território por parte da nação. A terceira fase, por sua vez, é caracterizada pela existência de um movimento nacional consolidado e de massa, organizado politicamente e com grande capacidade de atuação. Em suas palavras,

between the manifestations of scholarly interest, on the one hand, and the mass diffusion of patriotic attitudes, on the other, there lies an epoch which was decisive for the actual formation of the small nation, an epoch characterized by active patriotic agitation: the fermentation process of national consciousness. (HROCH, 1985).

A visão de Hroch (1985) é a de um nacionalismo cujas origens se encontram nas classes intelectualizadas, e cuja ascensão é intrinsecamente ligada à transição do sistema feudal para o capitalismo e à ascensão das burguesias nacionais como estratos dominantes.

Gellner (1983) ecoa os argumentos de Hroch (1985) a respeito do caráter elitista originário da nação, apresentando-o sob o prisma da transição entre a sociedade agrária e a industrial. A nação, para Gellner (1983), seria uma consequência - e não uma causa - do nacionalismo, cuja razão de ser se encontra na necessidade de uma maior simplificação e standardização da sociedade em torno de uma “alta cultura” comum, em comparação com o modelo pluricultural, localista e fundamentado em identidades sobrepostas da civilização pré-industrial. A existência de pequenas comunidades com idiomas, características religiosas e costumes semelhantes é fundamental, assim como a diferenciação entre tais grupos que se torna mais evidente com a urbanização decorrente da Revolução Industrial. Especialmente no caso de nações subordinadas a outras, a ligação com o passado agrário se torna um elemento fundamental na elaboração por parte dos intelectuais proto-nacionalistas de uma mitologia nacional. Isto posto, Gellner (1983) ressalta que o nacionalismo não traz de volta a(s) cultura(s) anterior(es), mas sim “revives, or invents, a local high (literate, specialist-transmitted) culture of its own, though admittedly one which will have some links with the earlier local folk styles and dialects” (GELLNER, 1983). Ao amalgamar tradições e costumes, ou de fato inventá-los a partir de outros, cria-se uma cultura nacional unificada, que apesar das reivindicações de continuidade das tradições pré-industriais - e defesa contra a hegemonia ou ameaça de dominação por parte de culturas estrangeiras - é um produto da era industrial, cuja existência seria impraticável em outros períodos históricos.

O surgimento do nacionalismo é, em sua essência, um processo de transição de lealdades que se deu em consequência das mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais a Europa passou desde o surgimento do capitalismo até a Primeira Guerra Mundial. Anderson (1983) ressalta a substituição da aliança a um monarca - tornando o indivíduo súdito daquele soberano - e ao Estado absolutista que este representava, à aliança a uma nação - tornando-o parte de uma comunidade imaginada, e cidadão do Estado-nação que a contemplasse. Dado o caráter “localista” da sociedade agrária que compunha a maioria da população dos Estados absolutistas europeus, a atuação de um particular setor do aparato Estatal mostrou-se de fundamental importância para o desenvolvimento de uma identidade nacional coesa e consistente: a burocracia.

Em virtude de sua ligação ao governo central em detrimento do regional e de seu caráter mais unitário e anônimo do que localizado e personalista, pode-se afirmar que a burocracia nacional esteve na vanguarda do desenvolvimento da ideia de pertencimento a uma comunidade imaginada de tipo nacional. Segundo Anderson, seu caráter itinerante - ou seja, a constante mobilidade de seus membros em postos de trabalho pelo país - não se deu por acaso, senão como parte de uma estratégia estatal de moderar a ligação entre os burocratas e suas raízes locais. Lógica semelhante à seguida pela educação, qual seja, a de uma padronização e conformação aos ideais da sociedade industrial. Tanto a burocracia e a educação, quanto a própria ideologia do nacionalismo, foram moldados de acordo com tais ideais, que pressupõem, em teoria, a igualdade entre os cidadãos de um mesmo Estado - ou seja, uma sociedade não-estamental, com um alto grau de entropia - e, na prática, diferenciações relativas a questões econômicas, profissionais, entre outras. Ao estabelecer-se como base fundamentadora e legitimadora do poder estatal, em detrimento de um direito divino ou dinástico, a nação representa um importante estágio no longo processo descrito por Gellner (1983) como a “secularização” das bases sociais e políticas da era industrial.

2.2. Tipologias e Classificações do Nacionalismo

Além da tipologia empregada por Hroch (1985) para analisar a evolução do nacionalismo, é importante apresentar outras categorizações que serão utilizadas no decorrer deste trabalho, notavelmente as de Gellner (1983) e as de Mayall (1990). Posteriormente, serão abordados os temas do euroceticismo - e sua correlação com o nacionalismo de direita - e a diferença entre nacionalismo étnico e patriotismo (também chamado, por alguns autores, de nacionalismo cívico), cuja compreensão se mostra de elevada importância para os fins aos

quais se propõe este estudo. Como a classificação de Gellner (1983) diz respeito à formação e desenvolvimento inicial dos movimentos, iniciar-se-á apresentando-a.

Tendo como base a primazia de fatores como a padronização do sistema educacional, o desenvolvimento de uma “alta cultura” com base nas antigas culturas populares de determinada etnia, e o ambiente na qual os integrantes de tal etnia vivem, e as relações de poder entre este e outros grupos - em particular, nos casos em que a etnia analisada é subordinada, em um império multinacional, ao governo nas mãos de outra - Gellner (1983) elaborou uma categorização, dividida em oito casos, que relaciona determinadas combinações entre tais fatores e o surgimento de nacionalismos. Conclui-se, a partir disto, que para o seu surgimento é necessária uma diferenciação étnica dentro do território - a alterização, utilizando o conceito conforme a formulação de Cuche (1999), estabelece as fronteiras da etnia - o acesso a educação em pelo menos uma das etnias (seja a dominante, a dominada, ou ambas) e, como condição primordial, elementos unificadores que permitam que se formem comunidades imaginadas - ou seja, que seja possível o estabelecimento de pelo menos uma das fases da tipologia de Hroch (1985). Destarte, Gellner (1983) aponta que das oito combinações possíveis, apenas três são passíveis de formação de um projeto nacionalista: o chamado nacionalismo Habsburgo, quando a educação está concentrada na classe que também detém o poder, o nacionalismo liberal Ocidental, quando o ensino é universalizado, e as diferenças étnicas se dão apenas na esfera política, e o nacionalismo diaspórico, quando a educação é concentrada na classe dominada, sendo ausente na dominante.

O caso italiano, segundo Gellner (1983), consistiu em um caso de nacionalismo liberal ocidental. Descarta-se a possibilidade de enquadrá-lo na categoria habsburga devido à precedência de uma alta cultura italiana e de uma versão padronizada do idioma - apesar de, conforme Beales e Biagini (2002), esta ser usada apenas pela elite, e majoritariamente para publicação, ópera, e comunicação entre aristocratas e estudiosos de diferentes regiões - e de uma história comum à península, na qual a ideia de uma unificação é recorrente. Em suma, havia uma relativa coesão cultural e linguística, assim como a noção de uma herança comum - mas não havia uma unidade política que a esta correspondesse. Ainda que o presente trabalho use a categoria supracitada no que se refere ao desenvolvimento do nacionalismo italiano no século XIX, é mister a menção das diferenças regionais, cujo impacto no longo prazo será consideravelmente maior na Itália do que na Alemanha. Não obstante a semelhança - e a coincidência cronológica - entre os dois processos que permita a sua inserção em uma única categoria, as particularidades históricas e sociológicas de cada situação levam a diferentes

outcomes, não explorados em suficiente detalhe por Gellner (1983), posto que não era este o escopo de sua obra.

De um ponto de vista da matriz ideológica do nacionalismo, James Mayall (1990) divide o fenômeno em nacionalismo liberal e histórico. O primeiro, cujas bases filosóficas encontram-se em autores como Grócio, Kant e Stuart Mill, é baseado essencialmente na razão, apresentando os princípios de soberania popular e autodeterminação dos povos como fundamentações necessárias de uma nova ordem internacional baseada em Estados-Nação. O nacionalismo liberal rejeita a guerra como meio de solução de controvérsias, e relega-a a um recurso de última instância, apenas justificada pela defesa ou manutenção da sobrevivência do Estado. Em contrapartida, o nacionalismo de matriz histórica apresenta-se sob uma ótica particularista da nação a qual representa, e enfatizando a necessidade de autodeterminação sob o contexto do cumprimento de um destino conjunto de determinada etnia. Sua fundamentação se dá muito mais por motivos classificados por Mayall (1990) como “emocionais” do que por uma lógica racionalista de busca pela paz, na qual as nações eram vistas como iguais - e, portanto, igualmente merecedoras dos direitos propostos. Cabe ressaltar que, para o nacionalismo histórico, a guerra é justificada como forma de libertação nacional, e os conceitos de “defesa” e “sobrevivência” da nação são mais ambíguos do que no nacionalismo de matriz racional. O fim deste, afinal, seria não uma sociedade de Estados iguais e pacifistas, mas sim o posicionamento de uma nação em particular em uma posição de independência e grandiosidade, em cumprimento de um destino preconcebido cuja existência se comprova apenas dentro da própria lógica historicista - e que baseia não na história concreta, mas sim em sua interpretação particular desta - que o elaborou.

Faz-se importante apresentar e explicar o conceito de euroceticismo, que será amplamente utilizado nas seguintes seções do presente trabalho, assim como diferenciar os conceitos de nacionalismo étnico e de patriotismo - aqui compreendido como sinônimo de nacionalismo cívico. No que tange ao primeiro, Florian Hartleb (2011) apresenta uma definição elaborada por Taggart e Szczerbiak (2004), que divide o fenômeno entre euroceticismo hard e soft. O primeiro corresponde à aversão à ideia de integração europeia per se, enquanto que o segundo se refere à resistência a determinadas políticas, ou à ideia de federalização do continente em detrimento do fortalecimento de Estados-nação dentro de um bloco supranacional com incumbências limitadas - fundamentalmente, segundo Hartleb (2011), os partidos do segundo tipo não se opõem à integração europeia, mas sim à forma que esta é empreendida pelas autoridades da União Europeia, vistas por estes como parte de uma

elite antidemocrática e desconectada da maioria da população do continente. O euroceticismo soft é uma característica majoritariamente - ainda que não exclusivamente - de partidos populistas de direita - enquanto que a modalidade hard é particular àqueles classificados como “extremistas de direita” - ou seja, partidos de caráter ultranacionalista e/ou neofascista que rejeitam qualquer cooperação continental, e tendem a apoiar o isolacionismo e medidas antidemocráticas.

Por fim, é fundamental que se tenha uma distinção clara entre dois fenômenos distintos porém frequentemente compreendidos como iguais: o nacionalismo étnico, e o nacionalismo cívico, ou patriotismo - sinônimo que será utilizado no presente trabalho de forma a diferenciá-lo da variedade étnica, que será referido como nacionalismo, para fins de diferenciação conceitual. O nacionalismo (étnico) associa a nação - e, por conseguinte, a lealdade devida pelo indivíduo a ela - com uma comunidade imaginada definida por ancestralidade, herança comum - ligada aos antepassados - e conexão a um determinado território tido como pertencente por direito à etnia desde tempos imemoriais. O patriotismo, por sua vez, transfere ao Estado e aos valores por este representados a ideia de pertencimento, não sendo a etnia, religião ou quaisquer características inatas definitivas para a formação de coesão entre seus membros. Entende-se, portanto, que o nacionalismo enfatiza a herança e a ligação com uma ancestralidade real ou imaginada, enquanto que o patriotismo enfatiza o compartilhamento de determinados valores e preceitos como condição fundamental para o pertencimento à comunidade nacional.

2.3. O Nacionalismo na Sociedade Internacional

Não obstante a importância do estudo dos impactos do nacionalismo na Sociedade Internacional, tal tema é tema de controvérsias entre as diferentes correntes teóricas das Relações Internacionais. Certas correntes realistas, por exemplo, em decorrência de sua visão do Estado como um ator monolítico na arena internacional não consideram a presença de orientações nacionalistas intra ou trans-fronteiriças em suas análises. No presente trabalho, o entendimento utilizado será aquele apresentado pela Escola Inglesa de Relações Internacionais, cujo caráter metodológico fundamentado na história e ênfase no papel da Sociedade Internacional tornam-na mais apropriada e condizente com seus objetivos do que as demais abordagens supracitadas.

É importante, neste ponto, fazer uma breve definição de conceitos importantes para esta escola, particularmente o de Sociedade Internacional - em contraposição com o Sistema

Internacional realista e a Sociedade Mundial kantiana - e o de *raison de systhème*, conforme apresentados por Buzan (2014), e, no caso do primeiro, por Mayall (1990), cuja obra *Nationalism and International Society* será amplamente utilizada para o entendimento da relação entre os dois conceitos. Define-se Sociedade Internacional como “*the institutionalization of mutual interest and identity among states*” (BUZAN, 2014)³. A Sociedade Internacional é baseada em tais instituições, cujo caráter intangível - posto que são instituições *de facto* porém não necessariamente *de jure*, compostas de valores e regras muitas vezes não escritos, baseados em costumes, tradição diplomática e entendimentos mútuos - torna sua análise uma tarefa complexa, e, sob o ponto de vista da Escola Inglesa, infactível sem o advento da análise histórica. Pertencimento à Sociedade Internacional, e aceitação por parte do Estado de suas normas, é tido como essencial para os benefícios da participação nas instituições - e, tal qual em sociedades primárias (compostas de indivíduos), nas sociedades de Estados - ou secundárias - aqueles que descumprem as normas estão sujeitos a punições, cujo escopo pode variar de repreensões verbais a sanções e exclusão de alianças ou mesmo ostracismo perante a sociedade internacional.

O Nacionalismo, como fenômeno originado posteriormente ao estabelecimento das bases da Sociedade Internacional europeia em 1648, criou consideráveis clivagens entre seus membros, e conforme a adesão a princípios semelhantes se tornava a norma, ao invés da exceção, tais clivagens deram origem a mudanças institucionais com vistas a adaptar as normas da Sociedade Internacional à nova realidade. Uma das mais importantes rupturas decorrentes deste processo foi observada na concepção de legitimidade do Estado. Até a Revolução Francesa, esta se caracterizava pelo princípio da soberania dinástica sobre um determinado território, ideia central do absolutismo, que tem entre seus principais defensores Thomas Hobbes e, sob um prisma mais ligado à religião, Jean Bodin. Havia um reconhecimento mútuo entre a realeza e a nobreza dos direitos históricos - ou decorrentes de conquistas - de um monarca sobre o território. Um príncipe inimigo era, apesar das circunstâncias, ainda um príncipe.

Uma importante consequência de tal visão a respeito da soberania e da legitimidade é a abordagem dada à guerra. Durante o período no qual dominou a soberania dinástica, não apenas as guerras eram vistas como um componente natural do sistema (MAYALL, 1990), mas como um instrumento de resolução de conflitos e de expansão e consolidação do poder do Estado absolutista. Com a Revolução Francesa, e o surgimento de uma república onde

³ “A institucionalização do interesse mútuo e identidade entre os Estados” (tradução livre).

antes havia uma das mais tradicionais e poderosas monarquias europeias, surge a ideia de soberania popular - o poder do Estado seria legitimado não por tradição ou por um direito divino, mas sim pelo povo que este governa. A fonte da soberania não é mais o governante, mas sim o governado. E estes deixaram de ser súditos para assumirem o papel de cidadãos.

Dada a centralidade da comunidade imaginada para o nacionalismo, e sendo o objetivo de tais movimentos a sincronização entre fronteiras etnoculturais e políticas, faz-se evidente a associação entre este e a ideia de soberania popular. O Estado-Nação, independente de sua forma de governo, tem como finalidade servir como representação política da comunidade imaginada - sem esta, ele não teria razão de ser enquanto tal. Assim, a concepção de guerra prevalente na era absolutista se torna obsoleta. Mayall (1990) aponta que a guerra na era nacionalista foi “desinstitucionalizada”, ou seja, deixou de ser considerada uma parte integral do sistema, e passou a ser vista como um instrumento de última instância, cuja justificação se daria - para os nacionalistas de orientação liberal - apenas pela autodefesa. Para aqueles de matriz historicista, por sua vez, a guerra “*is an ethical act involving a total commitment by the people to its freedom which can only be realised in a struggle with its opposite*” (MAYALL, 1990). Em suma, a guerra só seria justificável para um nacionalista quando dela dependesse a sobrevivência da nação - estando este ambíguo conceito sujeito à interpretação do próprio nacionalista.

A Sociedade Internacional, portanto, passou de uma composta por Estados dinásticos legitimados pela história e pela tradição para uma sociedade de Estados-Nação, cuja soberania se justifica pelo princípio de autodeterminação dos povos. Diante de tal mudança, as instituições internacionais buscaram “domesticar” os novos ideais, posto que a sua aplicação integral representava riscos para os próprios Estados que agiam como porta-vozes e defensores da autodeterminação. Destarte, Mayall (1990) aponta que no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial houve uma mudança - promovida pelas lideranças dos Estados-Nação já estabelecidos - na concepção de autodeterminação dos povos, que buscou associá-la diretamente à vitória sobre os restantes impérios dinásticos europeus - como o Austro-Húngaro e o Otomano. Não se faziam mais Estados do que aqueles já estabelecidos, posto que, não obstante a presença de minorias étnicas em considerável número - estes já eram vistos como representativos de suas populações. Esta transformação do princípio da autodeterminação dos povos de catalisador de constantes mudanças no panorama político europeu para mera justificação histórica e legalística do *status quo* levou à perpetuação de uma situação política que favorecia as potências estabelecidas em detrimento dos nascentes

movimentos nacionais - na tipologia de Hroch (1985), aqueles que se encontravam na segunda fase de desenvolvimento - e foi uma das principais causas dos subsequentes conflitos. Após a Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo de caráter revolucionário ligado ao princípio da autodeterminação dos povos retornará ao centro do debate político internacional na forma de movimentos de libertação nacional nas colônias e protetorados das potências imperiais europeias.

É importante, por fim, apontar a diferenciação feita por Mayall (1990) entre dois fenômenos de motivação nacionalista que tiveram importante papel na história italiana dos séculos XIX e XX, e cujas consequências ainda se constituem em um dos mais notáveis traços da política italiana atual: o irredentismo e o separatismo. O primeiro, etimologicamente derivado de uma palavra italiana⁴, diz respeito à ambição por parte de um Estado por territórios de outro, cujas características demográficas ou culturais - e, particularmente no caso italiano, históricas - aproximam-se do Estado que visa conquistá-los. Particularmente referindo-se à Itália, tem-se como exemplo o caso das atuais regiões croatas da Ístria e da Dalmácia, onde até o final da Segunda Guerra Mundial havia uma expressiva minoria etnicamente italiana, consequência do longo período de dominação veneziana sobre a região. Ambas as regiões eram vistas como parte da *Italia irredenta* - parte do território nacional italiano sob ocupação estrangeira. No pós-guerra, a questão ístria e dalmata será retomada pelo Movimento Social Italiano, como será visto com maiores detalhes no próximo capítulo.

A separação, por outro lado, se dá como resultado de ideias secessionistas promovidas em uma determinada região, cujas motivações são frequentemente fundamentadas em diferenças étnicas ou nacionais *vis-à-vis* o Estado-Nação da qual são parte. Na configuração da sociedade internacional posterior à Primeira Guerra, tal fenômeno se mostrou consideravelmente mais difícil de ser consumada, em virtude do ‘congelamento’ das fronteiras nacionais e sua legitimação por meio do próprio princípio de autodeterminação reivindicado pelos separatistas. Mayall (1990) considera apenas o separatismo como sendo um fenômeno que contesta as estruturas da Sociedade Internacional, posto que não apenas apresenta-se como uma afronta à soberania dos Estados constituídos, como também o faz com base no próprio princípio de autodeterminação e no seu reconhecimento como um direito fundamental, como também “*aggressive war, and therefore the possibility of acquiring the*

⁴ O termo irredentismo deriva da expressão italiana “*irredenta*”, cujo significado literal seria “não redimida”, referindo-se a áreas itálicas ou de forte presença cultural italiana e ligadas a antigos Estados peninsulares, localizadas fora do território do Estado italiano, tais como o cantão suíço de Ticino, as regiões croatas da Ístria e da Dalmácia, a cidade de Rijeka (Fiume, em italiano), entre outros.

title by conquest, is proscribed under the United Nations Charter”⁵ (MAYALL, 1990). Assim, a única forma de resolver o impasse seria por meio da aplicação do princípio de autodeterminação - algo que, na esfera prática, raramente acontece. O irredentismo, por sua vez, por ser meramente uma contestação de fronteiras entre Estados já estabelecidos, “*may not constitute a permanent or standing threat to the international order*”⁶ (MAYALL, 1990). Conforme será visto nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, o separatismo - e as agremiações políticas criadas para a sua promoção - desempenhou importante papel na política italiana, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, e os impactos de tal ressurgimento separatista ainda são sentidos no período atual.

No próximo capítulo, far-se-á uma breve contextualização histórica do nacionalismo italiano desde o final do século XVIII até a atualidade, assim como da direita política cuja fundamentação política se encontra em tal fenômeno. Visando a objetividade e buscando evitar divergências do tema principal do trabalho, os períodos históricos que serão abordados em mais detalhe serão o do *Risorgimento*, do final do século XVIII até a Captura de Roma de 1870, e do início da Primeira República, em 1947, até a dissolução do partido berlusconiano O Povo da Liberdade, em 2013.

3. PANORAMA HISTÓRICO DO NACIONALISMO NO SISTEMA POLÍTICO ITALIANO

3.1. Origens do Pensamento Nacionalista na Itália

O nacionalismo italiano tem origens complexas que precedem a chamada Era dos Nacionalismos do século XIX, ainda que tenha atingido nesta época o seu ponto mais alto, com a concretização da Unificação da península sob o governo da Casa de Savoia. Em decorrência disto, nesse período também foram produzidos inúmeros trabalhos artísticos - seguindo a linha do Romantismo nacionalista - e de caráter político com temáticas nacionais e, por conseguinte, veementemente opostas à dominação estrangeira a que partes da península estavam sujeitas. Nesta subseção, as origens teóricas e práticas do nacionalismo italiano serão exploradas, dando ênfase na sua faceta propriamente política e nos principais atores envolvidos no processo. As questões relacionadas à reação dos outros Estados à Unificação - particularmente o Império Austríaco - serão abordadas somente quando sua omissão se torne prejudicial ao escopo principal do presente trabalho.

⁵ “...guerra de agressão, e, portanto, a possibilidade de obtenção do título por meio de conquista, é proibido pela Carta das Nações Unidas” (tradução livre).

⁶ “...não pode ser constituído como uma ameaça à ordem internacional” (tradução livre).

A noção de unidade - ou, pelo menos, semelhança - cultural entre os povos da Itália já se encontrava presente na mentalidade italiana desde o Renascimento. Em sua obra mais famosa, Maquiavel expressa sua convicção de que a unidade da Itália era um fim possível e desejável ao príncipe, e que este não deveria “*lasciare passare questa occasione, acciò che l’Italia, dopo tanto tempo, vegga uno suo redentore*”⁷ (MAQUIAVEL, 1961).

Posteriormente, durante o chamado Século das Luzes, quando as ideias iluministas floresceram entre os intelectuais europeus, a questão da pátria italiana foi ressuscitada. Em sua obra a respeito do *Risorgimento* e da Unificação Italiana, Beales e Biagini (2002) dedicaram-se a apresentar alguns dos principais argumentos e ideias de intelectuais e pensadores a respeito do nacionalismo e do patriotismo na Itália, desde o Iluminismo até a formação do Estado unificado na década de 1860. Entre eles, destaca-se aquele apresentado por Carli em seu ensaio [nome do ensaio], no qual afirma que não há contradição em considerar-se italiano e cidadão de seu respectivo Estado, posto que seriam identidades complementares, e não opostas. Para Carli, milanês que viveu durante a ocupação austríaca, a pátria italiana - ou seja, a comunidade formada pelos habitantes da península, da planície padana, dos alpes e das ilhas da Sardenha e Sicília, cuja ligação se dá pela história comum e semelhanças culturais e linguísticas observadas principalmente em suas elites e burguesias - não necessariamente deveria ser representada por um único Estado (BEALES; BIAGINI, 2002). Beales e Biagini (2002) reforçam ainda que a elite intelectual italiana à época do iluminismo era cosmopolita, e mantinha relações entre si da mesma forma que o fazia com suas equivalentes no restante da Europa. As ideias propriamente nacionalistas, das quais o *Risorgimento* extrai sua base intelectual, serão mais profundamente desenvolvidas no século XIX, fortemente influenciadas pelo romantismo, corrente de pensamento predominante durante sua primeira metade.

A política na Itália do *Ottocento*, portanto, se desenvolve sobre o pano de fundo do crescimento do nacionalismo e do fim da abertura cosmopolita do Iluminismo. Construiu-se gradualmente um consenso a respeito da necessidade de unificação política dos diferentes reinos italianos sob um soberano italiano. A língua italiana, um dos maiores símbolos da desejada unidade nacional, adquiriu papel fundamental como meio de difusão ideológica, acadêmica e artística - esta última apresentando temas cada vez mais políticos, e cada vez mais populares. Não obstante seu alcance limitado se posto sob a perspectiva da população como um todo - haja vista as altas taxas de analfabetismo observadas à época, posto que a

⁷ “deixar passar esta ocasião, para que a Itália, depois de tanto tempo, veja um seu redentor”. Tradução livre.

Europa se encontrava ainda em transição de uma sociedade agrária para uma industrial - o italiano se estabeleceu como idioma das burocracias estatais, das burguesias letradas, dos revolucionários e dos intelectuais (BEALES; BIAGINI, 2002). Seu papel foi não apenas unificador, como homogeneizador, em detrimento dos dialetos locais - e mesmo de idiomas estrangeiros, como o francês falado no Piemonte (ALFIERI, 1806, apud. BEALES; BIAGINI, 2002).

Observou-se, da mesma maneira, a ascensão da resistência aos regimes monárquicos quase absolutistas que a governavam, estando esta dividida entre um campo liberal de influência majoritariamente britânica e francesa, e um campo democrático - ou revolucionário - de inspiração jacobina e republicana, de onde surgirão movimentos como o de Giuseppe Mazzini, ícone do republicanismo oitocentista italiano. Tais ideias, que durante os séculos anteriores eram discutidas apenas por uma pequena elite, distante dos olhos do público e do Estado, tornar-se-ão o motor por trás das Revoluções de 1848, e, posteriormente, da Unificação. Ambos associavam o *status quo* com o atraso, a ausência de liberdades e direitos básicos e a subordinação do povo italiano a interesses particulares de seus soberanos, ou de poderes estrangeiros. O Norte italiano, sob ocupação austríaca desde 1815, tornou-se símbolo de tal subordinação, e, em decorrência disto, sua libertação uma das mais importantes máximas nacionalistas. Mesmo os mais moderados entre os liberais expunham ideias favoráveis à integração dos Estados italianos e ao fim da ocupação Habsburga. É possível, pois, observar, durante as primeiras décadas do Século XIX, a consolidação do nacionalismo italiano nas linhas de Gellner (1983), tendo como prioridade a consonância entre fronteiras políticas e etnoculturais.

3.2. *Risorgimento* e Unificação Italiana

É importante, neste momento, diferenciar dois conceitos frequentemente amalgamados como um só, e utilizados como sinônimos: quais sejam, o de *Risorgimento* e o de Unificação. O primeiro se refere a um movimento cultural, político e inclusive acadêmico, que reconhece a unidade entre os povos dos diferentes Estados que então ocupavam a atual Itália - não obstante as grandes diferenças regionais - e a necessidade de materializar tal unidade cultural em fronteiras políticas - uma ideia coincidente com as conceptualizações de Gellner (1983) e Anderson. O *Risorgimento* foi identificado por muitos autores como uma versão italiana dos 'Despertares Nacionais' ocorridos em outras partes da Europa, e sua existência - e a popularidade de suas ideias - foi crucial para o empreendimento da Unificação propriamente

dita (ou seja, o processo político e militar de anexação dos diferentes reinos e repúblicas italianas sob um único governo independente e soberano).

Ao analisar-se a escolha do termo *Risorgimento*, italiano para “ressurgimento”, observa-se em maior detalhe a diferenciação feita à época entre a unificação política e o movimento de reivindicação da ideia de uma nação italiana unificada, em termos culturais e mesmo de pertencimento a uma comunidade. Para Salvatorelli, o *Risorgimento* foi concebido como “*un fatto, o meglio un processo, di carattere spiritual [...] Italia e Risorgimento italiano sono stati ambidue intesi, innanzitutto come un fatto di coscienza, come atto spirituale*” (SALVATORELLI, apud. ALTAROZZI, 2013)⁸. Altarozzi (2013) explica o caráter ‘espiritual’ do *Risorgimento* como derivando da ideia dos seus elaboradores a respeito da precedência da nação em relação ao Estado unificado - que, por sua vez, jamais teria surgido, tornando-se impossível, pois, reivindicar-se seu ressurgimento. A Unificação, por sua vez, seria um desdobramento político que buscaria não apenas abarcar, em um único Estado, a nação ressurgida, como também fazê-la presente para a maioria de seus membros, que, por sua vez, mantinham ainda fortes identidades regionais. Da mesma forma que a língua italiana surgia como substituta ‘oficial’ dos dialetos e línguas estrangeiras, a lealdade à nação italiana do *Risorgimento* deveria suplantiar as lealdades locais e a impérios estrangeiros. Conforme escreveu o patriota italiano e senador Massimo d’Azeglio em suas memórias, “*Pur troppo s’è fatta l’Italia, ma non si fanno gl’Italiani*” (D’AZEGLIO, 1891)⁹.

3.3. As Revoluções de 1848 na Itália e a Ascensão de Vittorio Emanuele II

Conforme apontou Hroch (1985), os despertares nacionais oitocentistas trataram-se, na verdade, de movimentos baseados em uma ideologia surgida nas classes altamente intelectualizadas e ligadas ao território. Ainda que esta tenha sido uma designação voltada ao estudo de “nações menores” (HROCH, 1985), é possível utilizá-la para estudar o caso italiano. Diferenciar-se-ão, contudo, as características dos protagonistas da primeira fase (qual seja, a de elaboração intelectual). Ao passo que os patriotas de Hroch (1985) contrapunham uma identidade localista à inserção em um contexto político de nação subordinada a um império (como nos casos estoniano, tcheco e eslovaco), ou de parte de uma confederação (a exemplo da Noruega), seus equivalentes italianos viam a sua pátria como entidade que transcendia as fronteiras estatais da época. Tal diferenciação é crucial para a compreensão dos

⁸ “um fato, ou melhor um processo, de caráter espiritual [...] ambos Itália e *Risorgimento* italiano foram elaborados, sobretudo, como um fato de consciência, como ato espiritual” (tradução livre).

⁹ “Infelizmente foi feita a Itália, mas não foram feitos os italianos” (tradução livre).

levantantes de 1848 na península, que marcaram uma reviravolta nas relações entre os Estados, e a reorientação política no Reino da Sardenha em favor da causa unificacionista.

Tal reorientação veio de forma muito mais lenta para a classe política - e principalmente para a monarquia - do que para a opinião pública. Não obstante o apoio inicial aos rebeldes milaneses e vênnetos, o rei Carlo Alberto se mostrou resistente a dar continuidade ao confronto militar com a Áustria, cuja superioridade militar em relação às forças armadas sardas era incontestável. Sua decisão de assinar o armistício com as tropas do General Radetzky e recuar foi tomada tendo como principal objetivo a manutenção da ordem social dentro do reino, que se encontraria em uma situação extremamente desfavorável caso a guerra resultasse em um grande número de baixas, ou que a Áustria buscasse impor à Sardenha a renúncia ao caráter liberal que havia tomado (BEALES; BIAGINI, 2002). Ainda assim, o prestígio de Carlo Alberto diminuiu consideravelmente, culminando em sua abdicação em 1849, após uma tentativa falha de retomar a guerra que resultou em uma humilhante derrota sarda em Novara.

Seu sucessor, Vittorio Emanuele II, assumiu o trono aos 29 anos, e buscou rapidamente obter um armistício que mantivesse o caráter constitucional com os austríacos. O armistício foi crucial para a construção de sua imagem como um monarca forte, comprometido com preceitos liberais e com olhos para além das fronteiras da Sardenha, tarefa que coube ao próprio governo e a intelectuais pró-Savoia. Segundo Beales e Biagini (2002), as pressões de Radetzky contra a constituição e o desejo austríaco de humilhar o Reino da Sardenha que tanto foram citados como prova da bravura do novo rei nunca existiram, sendo, na verdade, parte da propaganda oficial. A constituição sarda, ou *Statuto*, utilizava o voto censitário, e, portanto, mantinha o poder nas mãos de uma pequena parcela da população, à qual não interessaria a adoção de um sistema republicano ou propriamente democrático. Nela, o rei delegava parte do poder ao parlamento, porém mantinha o direito de vetar leis, dissolver governos e exercia influência na elaboração e promulgação de leis. O reinado assumia, oficialmente, um caráter e legitimidade constitucional, com direitos e deveres perante a população - estando, no preâmbulo, manifesta a intenção do rei de “*conformare le loro sorti alla ragione dei tempi, agli interessi ed alla dignità della Nazione*”¹⁰ (STATUTO ALBERTINO, 1848).

¹⁰ “adaptar o seu destino à lógica dos tempos [atuais], aos interesses e à dignidade da Nação”. Tradução livre.

3.4. Cavour e a Unificação Territorial

Se Vittorio Emanuele é hoje conhecido na Itália como Pai da Pátria, é em grande parte em decorrência da política de seu Primeiro-Ministro, Camillo Paolo Filippo Giulio Benso, Conde de Cavour. De orientação moderadamente liberal e defensor ferrenho do secularismo, Cavour assumiu a chefia do governo da Sardenha em 1851, e teve como um de seus principais objetivos a modernização e inserção do Reino no contexto internacional como um ator importante. Segundo Beales e Biagini (2002), a Unificação não estava na agenda de Cavour - tendo este considerado-a uma tarefa hercúlea e fora das prioridades do governo até pelo menos 1859 - ainda que este visasse a expansão no Norte, e a projeção da influência sarda sobre os demais Estados peninsulares.

A unificação italiana propriamente dita ocorreu, para padrões de mudanças políticas oitocentistas, muito rapidamente, e como consequência de uma miríade de fatores internos e externos ao reino piemontês¹¹. No que se refere aos fatores internos, Beales e Biagini (2002) apontam a opinião pública como sendo um fator determinante nos esforços de Cavour pela unificação. Esta, em linha com a visão de Vittorio Emanuele, era favorável à opção militar, enquanto Cavour apoiava, no máximo, a unificação sob a Casa de Savoia da região setentrional da Itália, pois temia a “meridionalização” do Reino.

Da mesma forma, Cavour suspeitava que a unificação italiana pudesse gerar resistência das grandes potências europeias, notavelmente da França, vizinha e parceira estratégica. A ascensão de Napoleão III, e sua elevação a Imperador, causou uma mudança do posicionamento francês. Napoleão III, inicialmente resistente à unificação, tornou-se favorável devido às crescentes tendências revolucionárias nos Estados do centro e do sul da península - cujos impactos na França culminaram na tentativa de assassinato ao Imperador por um revolucionário italiano. Em 1858, Napoleão III e Cavour assinam um acordo em Plombières, no qual ambos os Estados se comprometem em aliar-se no caso de um conflito com a Áustria. Em 1859, com a concretização de tal conflito - e a subsequente vitória franco-sarda - a Lombardia é anexada à Sardenha, tornando o Vêneto a única grande região do norte italiano em posseção austríaca.

¹¹ Apesar de ser chamado oficialmente de Reino da Sardenha, em decorrência de sua origem na ilha, o território de maior importância política - e onde se encontravam tanto o governo quanto o maior contingente das forças armadas - era o Piemonte, região que corresponde ao Noroeste italiano, cuja maior cidade é Turim. Turim foi a capital do Reino da Sardenha de 1720 até a sua transformação em Reino da Itália em 1861, com um breve hiato entre o final do século XVIII e o início do XIX. Ainda assim, o Estado manteve o nome de “Reino da Sardenha”, e diversos simbolismos associados às suas origens na ilha, tais como o hino em idioma sardo e a denominação de seu exército como Régio Exército Sardo.

Inspiradas pela “renovada” orientação unificadora do Reino da Sardenha, insurreições tomaram a Itália Central, depondo o Grão-Duque da Toscana e soberanos de Estados menores, e instaurando conselhos revolucionários, que requisitaram a Vittorio Emanuele a anexação, concedida a estes apenas em 1860. No mesmo ano, Garibaldi liderou a Expedição dos Mil à Sicília, conquistando em poucos meses o território do Reino das Duas Sicílias e todo o território dos Estados Papais com exceção de Roma e arredores (BEALES; BIAGINI, 2002). Diante do crescimento das forças democráticas no *Mezzogiorno*, e do risco de um ataque garibaldiano a Roma - que colocaria em xeque as relações cordiais com a França - Cavour decide enviar o Exército Sardo para consolidar as conquistas. Após a realização de plebiscitos, com sufrágio universal masculino, nos novos territórios, estes foram oficialmente anexados ao Reino da Sardenha e sujeitos à sua constituição. Assim, em 17 de março de 1861, conforme lei proposta por Cavour, foi proclamado o Reino da Itália.

3.5. A Itália liberal e a Gênese de um Sistema Partidário

O período que se seguiu à proclamação do Reino da Itália e culminou na ascensão do Fascismo é conhecido pelos historiadores como “período liberal”. A anexação à Itália do Vêneto em 1866 - decorrência da derrota austríaca na Guerra Austro-Prussiana - e de Roma em 1870, marcaram-no como o capítulo final da unificação no século XIX. Durante este período, formou-se a base do sistema político-partidário que viria a protagonizar a política nacional até os anos 1990 - ainda que em diferentes formas e sob diferentes nomes. Para fins de síntese, esta subseção focará exclusivamente nas questões relacionadas ao nacionalismo e aos partidos e coalizões políticas do período.¹²

Cavour faleceu em 6 de junho de 1861, pouco menos de quatro meses após a proclamação do Reino da Itália. A ele sucedeu uma série de governos instáveis, caracterizados pela disputa entre três polos ideológicos, que, no final do século, dariam origem a partidos formalmente organizados. De um lado, havia a chamada *Destra storica*, composta majoritariamente por conservadores e liberais clássicos. Este campo, no qual se encontrava o próprio Cavour, buscava a pacificação com a igreja, e defendia obstinadamente a monarquia. Do outro lado do espectro, havia a *Sinistra storica*, composta por ferrenhos defensores do secularismo - e, em particular, da primazia do Estado *vis-à-vis* a igreja católica - de reformas sociais e de pautas progressistas. Descritos por Beales e Biagini (2002) como “centro-esquerda”, eram notavelmente moderados, e não se apresentavam em oposição à monarquia.

¹² Para uma análise detalhada das circunstâncias sociopolíticas da Itália liberal, ver DiScala (2009).

À esquerda, e em menor número do que os grupos anteriores, encontravam-se os chamados “democratas”, partidários do mazzinianismo, e defensores de reformas sociais e políticas mais abrangentes. É importante notar, contudo, que não havia, neste período, um bloco político representante dos interesses da Igreja, devido à proibição por parte do Papa de participação ativa católica na vida política do Reino - em decorrência do não-reconhecimento deste pelo Pontífice. Tal ausência, para muitos autores, foi especialmente prejudicial para o *establishment* político no que tange a sua própria legitimidade - causada pela não-participação católica, e pela visão de muitos seguidores da Igreja do governo como ilegítimo (CARUSI, 2015). A *destra storica* governou, com breves interrupções, até 1876, quando deu lugar a um vintênio de governos da *sinistra*.

No final do século, partidos organizados começam a surgir no cenário político italiano, transcendendo as fronteiras da *destra storica* e da *sinistra storica*, e incorporando à política nacional novas ideologias já existentes e organizadas em outras partes da Europa. Dentre eles, é importante destacar os partidos liberal, socialista, e popular, que serão abordados nos próximos parágrafos.

Os primeiros a organizarem-se foram aqueles que se mantiveram de fora do eixo *destra storica-sinistra storica*, notavelmente, os expoentes da extrema-esquerda e da corrente mazziniana¹³. Na década de 1880, diversos partidos de orientação socialista e anarquista se formaram na Itália, dentre os quais se destacaram o Partido Socialista Revolucionário Italiano e o Partido Operário Italiano (CARUSI, 2015). Dissidências anarquistas destes se formaram no decorrer da década (LEONI, 2001). Em 1892, estes grupos, em um congresso realizado na cidade de Gênova, fundiram-se em um, levando à criação do Partido dos Trabalhadores Italiano - que, três anos depois, mudaria de nome para Partido Socialista Italiano. Este é, segundo Carusi (2015), considerado pela maioria dos historiadores italianos o primeiro partido político italiano, devido à sua organização, sistema de filiação individual - em detrimento do modelo de filiação de associações - e alcance nacional, que buscava transcender os regionalismos que possuíam um peso muito grande na política parlamentar italiana.

¹³ Os mazzinianos se organizarão em 1895 em um partido próprio, denominado Partido Republicano Italiano, que ainda se encontra em atividade. Este, contudo, nunca atingiu a proeminência no cenário político que os Socialistas gozaram durante o século XX.

Em 1921, em um Congresso realizado em Livorno, houve a primeira cisão dentro do partido, em decorrência de disputas entre a ala denominada reformista e a leninista¹⁴, que apoiava a expulsão dos reformistas - conforme orientação dada pelo próprio Lênin (PARTITO SOCIALISTA ITALIANO, 2016). Como a segunda se encontrava em minoria, saiu do partido e formou uma agremiação própria, o Partido Comunista Italiano.

Grande parte da *Destra storica* organizou-se mais formalmente na década de 1880, em uma agremiação que foi denominada por fontes da época como Partido Liberal Constitucional (GAZZETTA PIEMONTESE, 1882). Apesar da denominação, não se tratava de um partido político propriamente dito, mas sim uma associação de políticos de semelhantes ideologias, sem um aparato organizacional desenvolvido e com grande ênfase nas divisões regionais. Neste período, os elementos conservadores perderam força para os liberais (em parte devido à abstenção do eleitorado católico), que se tornaram a facção proeminente dentro do grupo. Após a primeira vitória eleitoral da *Sinistra*, o novo Primeiro-Ministro buscou uma aliança centrista com os elementos mais moderados da *Destra*, fazendo concessões a estes e garantindo um amplo respaldo popular. O Partido surgiu daqueles que optaram por manter-se em oposição ao governo. Posteriormente, em 1922, este se fundiu a outros partidos liberais que surgiram no decorrer das duas décadas que se passaram, para formar o Partido Liberal Italiano.

A dificuldade das alas moderadas de estabelecerem um partido organizado aos moldes do PSI eram notáveis, ainda que por motivos distintos. A apatia e o ceticismo gerados pelos sucessivos governos adeptos do *trasformismo*, as profundas diferenças regionais e a própria presença no governo eram empecilhos para a organização formal destes grupos, e vantagens para as alas radicais de ambos os lados do espectro. Deve-se a isso a formação relativamente tardia dos partidos mais notáveis do século XX. Merece particular atenção o papel da Santa Sé e do eleitorado católico neste impasse, e as medidas que levaram à mudança de posição da Igreja - e, por conseguinte, de todo o cenário político italiano.

Em 1891, o Marquês de Rudinì, então Primeiro-Ministro e integrante da *Destra storica*, aspirava a unir os italianos de orientação liberal-moderada e conservadora em um único partido capaz de fazer frente à *Sinistra*. Seu plano envolvia uma reconciliação com o Papa, e o fim da política de incentivo ao abstencionismo. A resistência eclesiástica levou-o a

¹⁴ Que tinha como um de seus líderes o líder comunista e autor Antonio Gramsci.

abandonar o projeto. Durante um segundo governo de Rudinì, alguns anos depois, o mesmo ocorreu, tornando-o, então, favorável à cooperação com os progressistas (CARUSI, 2015).

Na década seguinte, o catolicismo político assumiu uma atitude diversa. Motivados por fatos como o crescimento dos socialistas e os distúrbios políticos que culminaram no assassinato do rei Umberto I, muitos católicos passaram a ver as instituições - e a ideologia liberal nelas vigente - sob um prisma mais favorável. O Vaticano, contudo, mantinha-se inflexível, permitindo o envolvimento na política apenas nas áreas onde a ascensão de um político excessivamente anticlerical fosse possível (CARUSI, 2015).

A primeira mudança significativa veio apenas com o acordo entre o governo italiano - à época, encabeçado pelo liberal-progressista Giolitti - e a União Eleitoral Católica Italiana, encabeçada por Ottorino Gentiloni, e que mantinha boas relações com o Vaticano. Esta abriu caminho para uma maior participação católica, e efetivamente suspendeu a diretriz vaticana de não-participação na maioria das zonas eleitorais. Ao contrário do que esperava Giolitti, o eleitorado católico se mostrou pouco flexível às vontades do governo, bastante ativo politicamente - por meio da UECI, e outros grupos - e, em alguns casos, disposto a apoiar grupos opositoristas. O retorno do catolicismo à arena política culminou com o surgimento do Partido Popular Italiano, fundado com base na doutrina de Dom Luigi Sturzo, em 1919. Não obstante o caráter oficialmente laico do partido, baseado em uma ideologia centrista criada pelo próprio Sturzo e denominada popularismo - que incluía pautas sociais como, por exemplo, a reforma agrária, e era fortemente influenciada pela doutrina social da Igreja - o PPI foi essencialmente a ala política do eleitorado católico durante sua existência¹⁵.

Por fim, no que se refere à direita nacionalista, pode-se traçar seu início à década de 1910, com a fundação da Associação Nacionalista Italiana (CARUSI, 2015), da qual fizeram parte figuras históricas do movimento como Gabriele D'Annunzio e Enrico Corradini. Durante a Primeira Guerra Mundial, esta se posicionou a favor da intervenção italiana, com objetivos irredentistas para as áreas de maioria italiana sob governo austro-húngaro, principalmente em Trieste, na Ístria, e na Dalmácia. Um dos momentos mais marcantes da guerra, para a corrente nacionalista, foi a tomada da cidade de Rijeka¹⁶ por tropas lideradas por D'Annunzio, que governou a cidade por 16 meses. Esta experiência terá um impacto de longa data para a direita italiana, que viu a campanha como parte de um esforço maior de libertação de territórios com populações italianas estabelecidas - e consagrou D'Annunzio

¹⁵ Para mais detalhes sobre a ideologia e a história do PPI, ver Sturzo (1924) e De Rosa (1988).

¹⁶ Conhecida em italiano como Fiume.

como herói nacional. A constituição por este proclamada na cidade - e o próprio título de *Duce*, que conferiu a si mesmo - foram influências notáveis em Mussolini e no regime fascista.

Benito Mussolini, por sua vez, saído do Partido Socialista em 1919, fundou os *Fasci italiani di combattimento*, uma organização que combinava aspirações políticas com uma organização paramilitar. Esta organização, em 1921, tornou-se o Partido Nacional Fascista, no qual se fundiu a Associação Nacionalista Italiana. Na próxima subseção, serão explorados brevemente a dinâmica partidária até e durante o regime fascista, e os efeitos do fim do governo de Mussolini na formação do sistema partidário da Primeira República.

3.6. O Regime Fascista

Até a instauração de Mussolini como Primeiro-Ministro como consequência da Marcha sobre Roma, o sistema político italiano era dominado pelos partidos liberal (por meio de suas diferentes encarnações pré-1922), popular, e socialista. Em 1921, uma coalizão composta de liberais, conservadores e fascistas, denominada Bloco Nacional, apresentou-se ao parlamento pela primeira vez - a primeira aparição de um grupo fascista no parlamento italiano. Com o crescimento da popularidade e do poder de Mussolini, demonstrado sobretudo na Marcha sobre Roma, este foi instaurado como Primeiro-Ministro em 1922, em uma coalizão com Populares, Liberais e Social-Democratas¹⁷. Em 1924, o Partido Nacional Fascista (PNF) obtém uma maioria absoluta no parlamento, e, no ano seguinte, instaura um regime de partido único. Os demais partidos são banidos, sendo suas lideranças compelidas a apoiar o regime ou atuar clandestinamente na resistência contra o governo. Ainda que não seja o objetivo do presente trabalho fazer uma análise histórica do período fascista, é importante ressaltar a importância deste para a formação ideológica da direita italiana no pós-guerra.

O fascismo apresentou-se como um movimento de caráter vanguardista, cujo objetivo seria o retorno da Itália às glórias passadas, e sua ascensão ao status de grande potência imperial. Neste sentido, é possível dizer que o fascismo, apesar da professa crença no progresso da sociedade e da modernidade, apresentava tendências conservadoras e historicistas ao enfatizar as glórias passadas de Estados precedentes. Utilizou-se do imaginário popular a respeito do Império Romano¹⁸ - e ligando ele à ideia da própria nação

¹⁷ Pequeno partido de centro-esquerda fundado em 1922, cuja sigla era PDSI. Sem relação com o posterior partido de nome similar, e sigla PSDI.

¹⁸ Além do uso de Roma como artifício retórico, o fascismo teve como característica artística e arquitetônica um historicismo fundamentalmente baseado em formas e simbolismos que remetessem ao Império. Exemplo notável

italiana - e das relativamente recentes experiências do processo unificador para justificar o expansionismo e as intervenções militares na África, e do irredentismo como ferramenta de mobilização para a guerra. Mussolini buscou refazer a mente e a sociedade italianas, tornando-as totalmente subjugadas e interligadas ao Estado fascista, sendo suas aspirações confluentes com as do Partido. Tais objetivos se apresentavam de forma explícita e sucinta no hino do PNF, *Giovinazza*:

*Dell'Italia nei confini
Son rifatti gli italiani;
Li ha rifatti Mussolini
Per la guerra di domani*¹⁹
(GOTTA; BLANC, 1924)

Quando, em 1943, Mussolini foi deposto pelo Rei Vittorio Emanuele III, proclamou, no norte do país, a República Social Italiana (RSI), refundando o partido e estabelecendo - com apoio alemão - uma estrutura estatal centrada na reencarnação do PNF, denominada Partido Republicano Fascista. De particular importância eram as forças armadas, de onde sairia a maioria dos expoentes da direita radical durante a Primeira República. O Estado durou até o final da guerra, em 1945, quando foi reincorporado ao Reino da Itália.

O fascismo, em suma, foi um período de intensa formação político-ideológica para a direita italiana. Traços como a ênfase no pertencimento à nação, o historicismo e fundamentação de políticas com base na restauração de um suposto passado de glórias, o militarismo, o irredentismo, a importância da mobilização política, a importância da simbologia, e, principalmente, a desconfiança com relação a instituições internacionais, a valores liberais, à democracia e ao *status quo* político nacional e internacional mostrar-se-ão presentes nos sucessivos movimentos de inspiração pós-fascista da Primeira República, e alguns de seus desdobramentos são ainda percebidos em suas encarnações atuais.

3.7. A Primeira República

O sistema político-partidário da Primeira República - ou seja, o período posterior à Abolição da Monarquia em 1946 - foi formado, em sua base, no seio da resistência

disto é o EUR, bairro de Roma construído durante o fascismo, e considerado um dos maiores exemplares de arquitetura do *Ventennio* existentes.

¹⁹ “Desde os confins da Itália, foram refeitos os italianos; Mussolini os refez, para a guerra de amanhã” Tradução livre.

antifascista a partir de 1943, quando se dá a queda de Mussolini como Duce do Reino da Itália e o desembarque aliado no sul da península. À época, os movimentos antifascistas de diferentes orientações políticas uniram-se em um Comitê de Libertação Nacional (CLN), por meio do qual coordenaram suas ações políticas e militares. Tais movimentos eram, de fato, continuações ou reformulações dos partidos políticos pré-fascistas cujas atividades foram suspensas, levando-os à clandestinidade ou ao silêncio.

O partido mais poderoso a surgir do CLN foi a Democracia Cristã (DC), reformulação do antigo PPI com uma identidade assumidamente católica e apoio explícito da Igreja (COLARIZI, 2007). O catolicismo, e não uma ideologia política específica, era a característica definidora e agregadora da DC, que abrigava em sua estrutura interior diversas facções de centro-esquerda e centro-direita, cuja convivência nem sempre se deu de maneira pacífica. Não obstante, a DC se consolidou desde as primeiras eleições, para a formação de uma Assembleia Constituinte, como primeira força política italiana, vencendo todas as eleições parlamentares a nível nacional desde sua formação até a sua dissolução em 1994. Além do catolicismo, a DC era um importante polo de poder filo-ocidental, apoiando a presença e atuação da Itália no espaço político e econômico liderado pelos Estados Unidos e promovendo a integração europeia. Um de seus mais importantes líderes, o Primeiro-Ministro Alcide de Gasperi, é considerado um dos pais fundadores da União Europeia.

A segunda força política italiana, de vocação filossoviética e anti-capitalista, foi o Partido Comunista Italiano. Reorganizado a partir do partido anterior ao fascismo, este assumiu, conforme Colarizi (2007) um caráter de partido de massa que sua encarnação anterior, idealizada como um partido vanguardista, não possuía. O PCI assume, desde as primeiras eleições, um caráter de oposição à DC que se manterá durante a maior parte da Primeira República e definirá a dinâmica política do período - sendo o “compromisso histórico” nos anos 1970 uma notável exceção a esta regra. É possível estudar a sua história com base nas políticas empreendidas por cada líder, cujas relações com a União Soviética variaram da absoluta lealdade à crítica ferrenha. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução do bloco comunista, o PCI tomou um caminho semelhante ao de muitos partidos comunistas europeus: uma ala majoritária reformulou-se sob princípios socialdemocratas e pró-europeus, rejeitando o marxismo-leninismo, enquanto que uma minoria se manteve leal à ideologia original, e, por conseguinte, buscou refundar o partido com as diretrizes ideológicas originais.

Os partidos socialista e liberal refundaram-se com ideias semelhantes àqueles que defendiam no período pré-fascista, adaptando-os à nova realidade. Com a tomada do espaço

filosoviético e marxista-leninista pelo PCI, o PSI assumiu-se efetivamente como um partido socialista revolucionário - porém não comunista - com fortes correntes internas reformistas e autonomistas (COLARIZI, 2007), à esquerda da DC porém à direita do PCI. Tais divisões internas levarão, em 1947, a uma cisão interna da parte de uma ala socialdemocrata, que deu origem ao Partido Socialista Democrático Italiano (PSDI), liderado por Giuseppe Saragat.

Ainda assim, os dois partidos maiores mantiveram-se aliados durante a primeira década da Primeira República. Suas interpretações divergentes de eventos como a Revolução Húngara de 1956, que teve grande impacto na opinião pública italiana e gerou reações diversas entre os dois partidos, e da questão da democracia na União Soviética levaram às primeiras fricções, e tornariam a então sólida aliança de esquerda muito mais instável (ANNECKER, 2015). Apesar da maior diversidade ideológica interior, o PSI manteve-se à sombra dos comunistas, que se consolidaram como maior força de esquerda do país. A partir da década de 1960, o PSI assume posições mais moderadas e pró-ocidente, e passa a participar em sucessivos governos com a DC, e principalmente durante a década de 1970 reforma-se como um partido socialdemocrata e pró-europeu - por iniciativa de seu líder à época, Bettino Craxi (COLARIZI, 2007), completando a guinada euroatlântica iniciada na década de 1960 por Pietro Nenni. O PSI sobreviverá até 1994, quando será dissolvido e reformulado. Semelhante destino terá o Partido Liberal, que, porém, será reduzido na Primeira República a uma força menor, sem jamais reconquistar o protagonismo que teve na era pré-fascista.

A única força política relevante da Primeira República que não teve origem na CLN é o Movimento Social Italiano (MSI). Este surgiu a partir da reorganização política dos apoiadores do fascismo, sob a liderança de líderes políticos e militares da antiga República Social. O MSI surgiu com a finalidade de servir de lar político para o fascismo em um contexto democrático - ainda que, em seu cerne, mantivesse o apoio à ideologia totalitária derrotada na guerra. Durante sua existência, nunca foi parte de coalizões governamentais, tendo sido isolado pelos outros partidos por motivos ideológicos - a sua própria existência foi alvo de protestos por parte da maioria antifascista. Ainda assim, o MSI se tornou uma constante no cenário político, estando presente no parlamento desde a sua primeira participação eleitoral, tendo um eleitorado reduzido, porém fiel - na maioria das eleições, obteve entre 5 e 6% dos votos.

Nas décadas de 1950 e 1960, sob as lideranças de Augusto de Marsanich e Arturo Michelini, houve uma tentativa de distanciamento do MSI das posições mais radicais que

adotou durante seus primeiros anos de existência - quando a memória da RSI ainda se mantinha muito viva - e de transformá-lo em um partido mais próximo do *mainstream* ideológico da Primeira República (BALE, 2017). O partido reassume uma posição mais extremista a partir de 1969, com o retorno à liderança de Giorgio Almirante, que já o havia liderado em seus primeiros três anos de existência. Almirante, anteriormente editor de um jornal fascista e atuante na milícia da RSI (DAVIS, 1971), fazia parte da chamada “esquerda” do MSI - assim classificada por alguns autores²⁰ por defender reformas sociais mais amplas e ter um viés antiburguês, ainda que, em realidade, fosse mais próxima do fascismo do que a ala moderada. O MSI, em decorrência da defesa de reformas sociais e da identidade comunitária em detrimento do individualismo presentes em sua ideologia, deu origem a uma corrente da direita italiana denominada “direita social”, que se contrapõe à centro-direita liberal.

No que se refere aos governos da Primeira República, é possível dividi-los com base em quem era o parceiro de coalizão da DC - ou, no caso dos governos de partido único, qual partido apoiava-a mais frequentemente. Isto, por sua vez, era decorrência da corrente que se encontrava, naquele momento, no comando do partido católico. *Grosso modo*, tem-se um governo de grande coalizão entre DC, PCI e PSI até 1948, quando é realizada a primeira eleição. Marcada por uma competição ferrenha entre os dois maiores partidos e uma elevação das retóricas anticomunista e anticapitalista, a consulta popular resultou em uma vitória contundente da DC, que formou um governo com PSDI, PLI e PRI. Semelhantes formações governamentais ocorreram até o início da década de 1960, quando uma guinada à esquerda por parte da DC, combinada com a abertura do PSI à coalizão com o partido majoritário, permitiram a formação de uma série de governos de centro-esquerda, uma era que será conhecida como período da centro-esquerda orgânica (COLARIZI, 2007).

Politicamente, a década de 1970 na Itália foi marcada por dois acontecimentos: a intensificação da violência cometida por grupos de extrema-esquerda e extrema-direita no período conhecido como Anos de Chumbo, que teve início em 1968 e durou até meados dos anos 1980, e o Compromisso Histórico entre a DC e o PCI. Com relação ao primeiro, é importante ressaltar que ainda que oficialmente nenhum partido tenha estado diretamente envolvido na violência, muitos dos responsáveis por ela eram ligados a um deles - e, por conseguinte, ataques em sedes partidárias eram comuns. Durante os Anos de Chumbo, a retórica do MSI se radicalizou, tendo Almirante o descrito como estando “*virilely ready for*

²⁰ Ver Bale (2017) e Rao (2006).

violence”²¹ (DAVIS, 1971), caso necessário - fato comprovado pela quantidade de membros da ala juvenil do partido, a Frente da Juventude, envolvidos em episódios de violência. À esquerda, o PCI encontrava-se sob o comando de Enrico Berlinguer, ferrenhamente oposto à violência política. Ainda assim, grupos como as Brigadas Vermelhas causaram a morte de diversos expoentes da direita e do centro, agentes da polícia, entre outros.

O Compromisso Histórico, ainda que não tenha sido uma coalizão propriamente dita, significou o apoio do PCI ao governo, e a concordância entre as duas partes na realização de determinadas políticas. Com a ascensão de uma corrente anticomunista na DC, o período chegou ao fim, dando lugar a uma das últimas formações políticas da Primeira República: o *Pentapartito*.

Pentapartito é o nome dado aos governos italianos da década de 1980, devido à coalizão de cinco partidos políticos que os sustentaram: a DC, o PSI, o PSDI, o PLI e o PRI. Em comum, os cinco partidos tinham uma oposição ao PCI e ao MSI, compreendidos como forças a serem combatidas, e uma convicta vocação pró-europeia. No PSI, Craxi move o partido em direção ao centro, reafirmando suas credenciais reformistas e incorporando ideias liberais nas diretrizes socialistas (COLARIZI, 2007). Por meio de manobras políticas com outros membros da coalizão, Craxi consegue fortalecer a posição do PSI no governo, em detrimento de uma DC cada vez mais dividida internamente - culminando, em 1986, na formação de um governo liderado por ele.

Na década de 1990, o PRI sai do *Pentapartito*, levando à formação, por parte dos membros restantes, de uma nova coalizão denominada *Quadripartito*. Esta será a última da Primeira República. Com o escândalo da *Tangentopoli*²² atingindo todos os partidos da Primeira República direta ou indiretamente, e a Operação Mãos Limpas em execução, o sistema político-partidário construído após a Segunda Guerra Mundial desmoronou, levando consigo personagens como Craxi, Arnaldo Forlani, entre outros. Isto levou não apenas a uma reformulação dos partidos existentes, como também o surgimento de novas forças políticas, impulsionadas pela percepção do *establishment* como corrupto e incorrigível. Partidos como o Forza Italia, de Silvio Berlusconi, e a Lega Nord, à época um movimento estritamente regionalista que visava separar o norte do sul da península, cresceram em popularidade, chegando ao governo pela primeira vez em 1994. A Lega Nord, desde sua concepção, era dominada por ideias próximas à direita italiana - com notáveis exceções centristas - porém

²¹ “Virilmente pronto para a violência”. Tradução livre.

²² Sobre a *Tangentopoli*, ver Colarizi (2007).

com uma concepção diferente de nação: rejeitava a unidade italiana em favor da criação de um Estado independente no Norte do país, ao qual se refere como Padânia.

Os principais partidos da Primeira República, podem ser divididos em duas categorias: aqueles que passaram por processos internos de renovação e refundação e aqueles que se dissolveram completamente. À primeira categoria pertencem o PCI, refundado após a queda da URSS como Partido Democrático de Esquerda (conhecido na Itália como PDS, em decorrência de sua sigla na língua italiana), rompendo com o comunismo e adotando uma plataforma social-democrática. O MSI, que em 1994 se reorganiza em um partido de direita mais próximo ao *mainstream* de nome Aliança Nacional - o partido, sob a liderança de Gianfranco Fini, buscou distanciar-se da imagem pós-fascista e atrair um maior número de votos. Na segunda categoria, encontram-se a DC, cujos expoentes migraram para partidos condizentes com a sua própria ideologia - ou, em alguns casos, tentaram fundar os seus próprios. O partido chegou a ser reorganizado sob o nome antigo de Partido Popular Italiano, sob o comando de uma parte da ala de centro-esquerda, mas não obteve sucesso. De maneira similar, o PLI, após a dissolução, viu muitos de seus membros aderirem a Forza Italia e Aliança Nacional, ou buscarem - sem sucesso - dar continuidade ao partido. Em uma situação mais ambígua encontrou-se o PSI - foi oficialmente reorganizado, mas passou por uma migração muito forte de expoentes para outros partidos. Um de seus sucessores fundiu-se com o PSDI em 1998, formando uma agremiação menor de centro-esquerda. O período que se iniciou com as dissoluções partidárias, e dura até os dias de hoje, é conhecido como Segunda República.

Na próxima sessão, explicar-se-á resumidamente a formação do sistema atual de partidos a partir do início da Segunda República, explicitando suas posições com relação à integração europeia e à moeda comum. Posteriormente, serão apresentados os cenários de políticas para o euro de um governo de centro-direita italiano, compreendido como sendo composto por uma coalizão entre os três principais partidos políticos deste campo ideológico.

4. O PANORAMA POLÍTICO ATUAL E CENÁRIOS PARA UM EVENTUAL FUTURO GOVERNO DE CENTRO-DIREITA

Nos anos 2000, importantes mudanças ocorreram no instável cenário político italiano, que levaram à atual configuração partidária. A centro-esquerda, dividida após o colapso do PCI e do PSI, deu os primeiros passos em direção à reunificação com a formação da coalizão denominada A Oliveira, sob liderança de Romano Prodi. A coalizão, em sua fase inicial,

abrigou o PDS, o novo PPI, os sucessores do PSI, o PRI, entre outros²³. Após sucessivas reestruturações internas aos partidos, a coalizão de centro-esquerda, a partir de 2005 renomeada União, se formou ao redor dos Democratas de Esquerda (DS) e do partido Democracia é Liberdade - A Margarida (DL). Em 2007, os dois partidos, juntamente com outros grupos menores, fundiram-se no Partido Democrático (PD), que se mantém a principal força de centro-esquerda no país. Em 2017, uma cisão da ala mais à esquerda do PD - da qual fazem parte muitos expoentes do antigo PDS - deu origem a um partido menor de esquerda, denominado Artigo Um - Movimento Democrático e Progressista, mais conhecido pela sigla MDP.

À centro-direita, os principais partidos mantiveram-se separados estruturalmente, porém em coalizão. Inicialmente denominada Polo das Liberdades, a partir de 2000 passou a se chamar Casa das Liberdades. A estrutura interna era similar: o principal partido era o Forza Italia, de Berlusconi, que contava com o apoio da AN, da Lega Nord, e de grupos menores, como a União de Centro, formada por membros da ala de centro-direita da DC. Em 2008, FI e AN fundem-se em um só partido, denominado O Povo da Liberdade (PdL), que sobreviverá até 2013, chegando a disputar a eleição nacional deste ano. Anterior à dissolução do PDL, em 2012, surge um novo partido fundado pela então diretora da ala juvenil do PDL, Giorgia Meloni, que se posiciona à direita do PDL, sendo composto de antigos expoentes da AN, como Ignazio La Russa, membros da organização juvenil ideologicamente próximos à antiga Aliança, e partidários da direita social em geral. O novo partido adota o nome de Fratelli d'Italia (FdI), em homenagem ao primeiro verso do hino nacional. De 2014 a 2017, o nome oficial do partido foi *Fratelli d'Italia - Alleanza Nazionale* (FdI-AN), em uma referência direta à anterior formação da direita social - sendo este nome removido apenas após o Segundo Congresso do Partido, em dezembro de 2017.

As constantes mudanças de governo, escândalos de corrupção, e baixa confiança no sistema e no *establishment* tornaram o cenário político italiano propício para a formação de partidos populistas e movimentos de protesto. Em 2009, surge na Itália um movimento que combina ambas as características, apresentando um discurso de renovação política, sem enquadramento no eixo direita-esquerda, com foco em assuntos específicos e organizado quase exclusivamente pela internet. Liderado pelo comediante Beppe Grillo, o Movimento 5

²³ Dentre os quais pode-se citar o *Südtiroler Volkspartei* (SVP), partido formado na década de 1950 para representar os interesses do Tirol do Sul, ou Alto Ádige, região germanófona na fronteira com a Áustria. O SVP tem historicamente uma orientação progressista e próxima à centro-esquerda, que mantém até os dias atuais, nos quais compõem a coalizão liderada pelo PD.

Estrelas (M5S)²⁴ teve uma ascensão meteórica, superando os 20% e estabelecendo-se como um dos três maiores partidos italianos tanto do ponto de vista eleitoral quanto em número de inscritos. Em decorrência do caráter *antiestablishment*, o M5S se recusa a compor alianças ou coalizões.

Após as últimas eleições nacionais, realizadas em 2013, o Parlamento Italiano se dividiu em três grandes grupos: a centro-esquerda, composta pelo PD e outros movimentos menores de esquerda, a centro-direita de PDL e Lega Nord, e o Movimento 5 Estrelas. Como nenhum grupo foi capaz de atingir uma maioria, formou-se uma grande coalizão entre a centro-esquerda, o PDL e a UDC. Essa formação durou até novembro, com a dissolução do PDL. A maioria do partido se refunda como Forza Italia, e retorna à oposição, enquanto que uma minoria, liderada por Angelino Alfano, se rebela contra a diretoria nacional e permanece no governo, sob o nome de Novo Centro-Direita - renomeado Alternativa Popular (AP) - em 2017.

O governo atual, chefiado pelo Primeiro-Ministro Paolo Gentiloni, é composto de PD, AP e outros partidos menores, que compõem a coalizão de centro-esquerda. Na oposição, encontram-se a coalizão de centro direita - FI, Lega e FdI - o M5S e o MDP, em coalizão com a Esquerda Italiana (SI). Nas últimas eleições regionais e municipais, estas coalizões se mantiveram²⁵. Nas eleições de 2018, se apresentarão aos eleitores com programas eleitorais comuns - ainda que se mantenham as distintas posições partidárias em determinados tópicos.

A escolha por elaborar cenários a respeito da política para o euro partir da vitória da centro-direita se deu por três motivos: primeiro, este campo tem sido consistentemente apontado por pesquisas de opinião²⁶ e como sendo o mais próximo de uma vitória eleitoral. Além disso, as recentes eleições municipais e regionais levaram a coalizão, composta de FI, Lega e FdI, a consolidadas vitórias sobre a centro-esquerda, mesmo em localidades tradicionalmente governadas por esta, como Gênova (STELLA, 2017). Mais recentemente, uma lista unida de centro-direita obteve uma importante vitória eleitoral na Sicília, auxiliada pelas divisões internas no campo de centro-esquerda (REGIONE SICILIA, 2017).

²⁴ Cada estrela representa uma das preocupações fundamentais do partido: Água, Meio-Ambiente, Conectividade, Desenvolvimento, Transporte. (MOVIMENTO 5 STELLE VITTORIO VENETO).

²⁵ Com exceção de algumas municipais, nas quais a esquerda se apresentou em uma lista unida. Contudo, é importante ressaltar que eleições municipais na Itália - em particular em cidades menores - são frequentemente organizadas com base em interesses mais locais do que nacionais, levando a coalizões ligeiramente diferentes daquelas a nível nacional e regional. Nas regiões, por sua vez, a tendência é a manutenção das alianças nacionais.

²⁶ Ver Tecnè (2017) e Index (2017).

Segundo, considerando a conjuntura atual, e assumindo a continuidade da diretriz do M5S de não entrar em coalizões, o centro-direita seria o único campo capaz de - e disposto a - mudar a política italiana com relação à moeda comum. Tanto o PD, de caráter fortemente europeísta (PARTITO DEMOCRATICO, 2008), quanto o MDP mostrar-se-iam contrários a quaisquer movimentos na direção da recuperação da autonomia monetária italiana. Por sua vez, o M5S, apesar de ser fortemente contrário à moeda comum (MOVIMENTO 5 STELLE, 2014), dificilmente teria a capacidade de formar um governo de partido único.

Terceiro, a centro-direita, não obstante a potencial apresentação de uma coalizão única, tem grandes divisões internas a respeito da questão do euro, que refletirão as políticas a serem tomadas pelo eventual governo. Na próxima parte da presente sessão, essas posições serão apresentadas, assim como de outros setores da sociedade civil, e de atores políticos supranacionais como a União Europeia - explicitando, no caso destes, a influência que seriam capazes de exercer sobre as decisões daqueles.

Para a realização dos cenários, considera-se que a coalizão de centro-direita obterá um mandato popular que lhe proporcione uma maioria na Câmara dos Deputados e no Senado²⁷.

4.1. A Política Para o Euro dos Partidos de Centro-Direita

Antes de partir para uma explicação detalhada da política europeia de cada um dos partidos de centro-direita, é importante explicar a resistência ao euro em termos da ideologia nacionalista que, em diferentes graus e com diferentes bases filosóficas, serve como base para suas propostas. O euro, como moeda comum da União Europeia, é visto por setores mais ortodoxos dentro do nacionalismo italiano como sendo uma ameaça à soberania nacional, ou uma subordinação da Itália à Alemanha – o país, por ser a maior potência econômica do bloco, é considerado pelos grupos autointitulados “soberanistas” como sendo a real coordenadora da política financeira europeia (FRATELLI D’ITALIA, 2016). Setores mais moderados consideram o euro como um importante componente da estrutura de integração econômica europeia – reconhecendo, não obstante, a necessidade de reformas no interior da zona do euro tornem-no mais benéfico para a Itália e outros Estados de semelhante situação e configuração econômica.

²⁷ A nova lei eleitoral italiana, aprovado em 2017, consiste em um sistema misto, com dois terços do parlamento sendo escolhidos por voto proporcional - calculado com base nas regiões para o Senado, e no país como um todo para a Câmara - e um terço por voto distrital. A barreira para entrada de um partido é 3%, e de uma coalizão 10%, contanto que ao menos um dos partidos no interior desta tenha superado a barreira partidária (ITÁLIA, 2017).

Mais moderado e pró-europeu entre os três (FORZA ITALIA, 2014), o Forza Italia mostra-se contrário à saída da Itália da zona do euro. Como membro italiano do PPE, o partido atua dentro das estruturas políticas da União Europeia como parte do bloco governista, tendo como um de seus membros em Bruxelas o Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani. Ademais, não obstante a resistência apresentada pelos italianos com relação à moeda comum e a confiança no bloco ser superior à maioria dos países europeus (EUROBARÔMETRO, 2017), a avaliação geral continua a ser positiva. Uma proposta de saída do euro não apenas afastaria o eleitorado próximo ao centro que compõe uma parcela significativa da base berlusconiana, como também afetaria negativamente os objetivos políticos do FI em Bruxelas e no interior do PPE.

Ainda assim, o partido de Berlusconi tem defendido constantemente a retomada da soberania nacional em determinados pontos, e a menor interferência da UE em assuntos internos italianos. Recentemente, em uma conferência partidária, Berlusconi apresentou os pontos fundamentais do pensamento *forzista* por meio de uma representação gráfica que denominou “Árvore da Liberdade”, na qual o tópico “Menos Europa” aparecia com proeminência. Em uma entrevista com o canal italiano de televisão TgCom24, Berlusconi apresentou uma formulação mais detalhada de seu plano de governo, declarando que “*vogliamo meno vincoli dall'Europa. Questa non è l'Europa immaginata dai fondatori come il nostro De Gasperi, e neppure da noi giovani di allora*”²⁸ (TGCOM24, 2017). Com relação ao posicionamento italiano no bloco, o partido é assertivo tanto na sua Carta de Valores quanto nos posicionamentos do líder - na mesma entrevista, Berlusconi ressalta que “*senza l'Italia l'Europa non c'è più*”²⁹ (TGCOM24, 2017).

Destarte, o posicionamento do Forza Italia busca conciliar a vocação pró-europeia com o objetivo de redução da interferência do bloco na política interna. O plano de Berlusconi consiste na introdução de um regime de moedas paralelas, no qual o euro seria utilizado para trocas externas, e com outros Estados-membro da UE, enquanto que no interior do país seria utilizada uma outra moeda - podendo esta ser uma reedição da antiga lira, ou uma moeda completamente nova. Tal ideia atraiu críticas da União Europeia, que defende que a unidade monetária entre os membros da zona do euro é inalterável (REUTERS, 2017). Ainda assim,

²⁸ “queremos menos vínculos com a Europa. Esta não é a Europa imaginada pelos fundadores, como o nosso De Gasperi, nem por nós, jovens daquela época” (tradução livre).

²⁹ “sem a Itália, não há Europa”. Tradução livre.

Berlusconi não aparenta haver desistido do plano, tendo feito referências a este em entrevistas e discursos posteriores à resposta da UE (BERLUSCONI, 2017).

A Lega Nord, por sua vez, tem uma posição mais clara a respeito da moeda comum. Desde a ascensão de Salvini à liderança do partido, a ideologia separatista original foi posta em segundo plano, dando lugar a uma de caráter identitário, focada em temas como soberania nacional, controle da imigração, e defesa da cultura italiana contra forças exteriores (RAPISARDA, 2015). Conforme afirma Rapisarda (2015), Salvini reorganizou o partido, trazendo consigo uma nova geração que compactua de seus ideias, e aproximou-se política e ideologicamente de partidos como o Front National, de Marine Le Pen, e o FPÖ, de Heinz-Christian Strache. A “nova” Lega, em conformidade com sua vocação lepenista, adotou uma linha oposta à integração europeia e, conseqüentemente, ao euro.

Como consequência dessa guinada identitária, Salvini assumiu a saída italiana do euro como uma de suas prioridades políticas, agrupada com a necessidade de restaurar à Itália a soberania nacional, que, em sua visão, teria sido perdida para a União Europeia. Organizou manifestações, eventos, e discursos sob a égide “*Basta Euro*” por todo o país, classificando o euro como uma moeda alemã cujos benefícios para a Itália seriam mínimos ou inexistentes. Sua posição, contudo, tornou-se mais moderada desde o início de 2017, dada a diminuição da gravidade da crise econômica. Ao invés de uma saída unilateral, Salvini atualmente defende que o processo seja coordenado com a UE, de modo a evitar consequências econômicas negativas (VALENTINI, 2017).

Por fim, o Fratelli d’Italia apresenta uma posição similar à da Lega Nord com relação ao euro, com duas notáveis diferenças. A primeira se refere à motivação a respeito da resistência à moeda comum, que é resultado de sua herança do MSI e da AN - ao contrário da Lega, que aderiu ao identitarismo mais recentemente. O partido de Giorgia Meloni, apresentando-se como uma força nacionalista italiana e soberanista, opõe-se não apenas à presença italiana no euro, como também à própria existência de uma moeda comum no continente europeu. A segunda diferença se dá a respeito do procedimento escolhido para a saída. O FdI, desde 2014, tem como política para a moeda comum “[*lo*] *scioglimento concordato e controllato dell’Eurozona. In questo modo il processo di integrazione europea potrà procedere senza traumi e senza che sorgano nuove tensioni all’interno della UE*”³⁰ (FRATELLI D’ITALIA, 2014). Tal compromisso foi reafirmado em um Manifesto de 2017,

³⁰ “[a] dissolução concordada e controlada da zona do euro. Desta maneira, o processo de integração europeia poderá proceder sem traumas e sem que surjam novas tensões no interior da UE”. Tradução livre.

no qual ressalta a ideia de que o euro *“sia una moneta sbagliata, che ha arricchito la Germania e impoverito gli altri Stati europei e per questo destinata a implodere presto.”*³¹ (FRATELLI D’ITALIA, 2017). No mesmo manifesto, o partido de Meloni apresenta sua oposição ao “globalismo” (FRATELLI D’ITALIA, 2017), e seu comprometimento com a soberania nacional e sua prioridade ante as demandas da UE e de acordos internacionais.

4.2. Atores Não-Partidários Relevantes

Tratando-se do euro, é fundamental apontar o importante papel da União Europeia na discussão italiana. A UE pós-Brexit tem focado na maior aproximação entre os Estados-membro, tendo o processo se intensificado após a vitória de Emmanuel Macron na França. A manutenção de Itália no interior da organização faz-se importante não apenas por questões econômicas, como também por ser um país historicamente dedicado ao projeto europeu. Assim, as pressões do centro-direita com relação ao euro são vistas pela UE como uma ameaça à sua estabilidade - mesmo em suas formas mais moderadas, como o plano monetário de Berlusconi.

Contrária à saída do euro está também a Confindustria, maior associação de indústrias do país, e detentora de grande influência política. Em um comunicado divulgado em 2012, a associação afirmou que a correlação entre a desvalorização da moeda e aumento das exportações - e, conseqüentemente, do PIB - trazida pelos eurocéticos como um dos principais argumentos a favor do fim da moeda comum era falsa. Segundo estudos realizados pela Confindustria, a mudança nas cadeias globais de valor, a crise bancária, a maior concorrência internacional e as desvalorizações que ocorreriam simultaneamente nos outros países seriam fatos dissuasivos à dissolução da zona do euro (PENSA; RAPACCIUOLO, 2012). Além disso, dada a importância das exportações italianas para a UE, é pouco provável que o setor empresarial fosse favorável ao fim da moeda comum, ou ao enrijecimento das relações com o bloco.

4.3. Cenários de Governos de Centro-Direita

Com base nos dados apresentados, foram elaborados dois cenários de política para o euro, tendo como ponto de partida a vitória da coalizão de centro-direita nas eleições. O primeiro trará uma vitória do Forza Italia sobre os outros partidos. Segundo pesquisas realizadas em novembro e dezembro de 2017, o partido é o primeiro da coalizão, e, ainda que

³¹ “é uma moeda equivocada, que enriqueceu a Alemanha e empobreceu os outros Estados europeus, e por isso destinada a implodir logo”. Tradução livre.

por margens pequenas, tem apresentado taxas constantes de crescimento (TECNÈ, 2017). Assim, considerar-se-á este cenário como o mais provável entre os três. No segundo cenário, o partido de Berlusconi terá uma diferença pequena de votos frente à Lega Nord, ocupando, porém, o segundo lugar. Neste cenário, a Lega será o principal partido, sendo Matteo Salvini nomeado para o posto de Primeiro-Ministro. Em ambos os cenários, o Fratelli d'Italia terá 5% dos votos.

4.3.1. O Primeiro Cenário: Vitória Eleitoral do Forza Italia

No primeiro cenário, tem-se a vitória do Forza Italia, por uma média de, no máximo, 3 pontos percentuais de diferença da Lega Nord (TECNÈ, 2017), e a consolidação da coalizão com o partido vencedor no comando. Já que Silvio Berlusconi está impossibilitado de concorrer em decorrência de um processo judicial, o partido nomearia um de seus deputados, senadores, ou eurodeputados para o posto de Primeiro-Ministro. Assim como ocorria com o PLI, o FI tem correntes internas mais próximas do centro político e da direita, estando a maioria do partido no meio-termo entre os dois polos. É plausível, pois, afirmar que tal membro seria mais próximo à ala conservadora *forzista* do que ao centrismo. Desta forma, evitar-se-iam grandes conflitos ideológicos com a Lega identitária de Salvini e com o FdI, herdeiro político da chama tricolor. Não obstante a orientação mais à direita, o novo Primeiro-Ministro estaria comprometido com os ideais moderados do partido, e ao plano de governo por este elaborado. Uma vez que qualquer guinada excessivamente eurocética levaria a uma crise interna, que poderia acarretar em uma cisão no partido - de forma semelhante ao ocorrido em 2013, entre FI e NCD, conforme apresentado anteriormente.

Neste eventual governo, as relações com a União Europeia em relação à moeda comum seriam relativamente harmônicas, dada a supracitada vocação pró-europeia do Forza Italia. Ainda assim, pressões a respeito de reformas no sistema europeu financeiro se fariam mais presentes do que no governo atual³², posto que - mesmo em suas encarnações mais moderadas - a centro-direita italiana se apresenta resistente ao *status quo*. A menos que a situação econômica no continente se agravasse, é improvável que a coalizão buscasse implantar o plano de estabelecimento de moedas paralelas, ou promover alternativas à moeda comum internamente. Ainda assim, a posição italiana na UE a favor de uma reforma do sistema financeiro do bloco refletiria o ceticismo dos partidos no poder - e é provável que um

³² Qual seja, o governo de Paolo Gentiloni, do PD com apoio da AP.

eventual governo neste cenário se posicione em oposição aos defensores da austeridade e da ortodoxia monetária.

É possível, contudo, que ocorram tensões sobre outras áreas - notavelmente, com relação à crise migratória, posto que uma abordagem de linha dura é consenso entre os três partidos que comporiam o governo. No caso da escalção do conflito entre o governo italiano e as autoridades de Bruxelas, a Lega Nord e o FdI pressionariam por um posicionamento combativo, utilizando da retórica soberanista. O Forza Italia, em conformidade com o seu caráter pró-europeu, apoiaria uma solução negociada, mesmo que fosse necessário ceder em certas políticas não cruciais para o governo. Neste caso, ocorreria o retorno do argumento fortemente anti-euro da Lega Nord, inserido em um discurso antieuropeísta de retomada da soberania nacional semelhante ao que existia nos primeiros anos do partido com relação às regiões do Norte *vis-à-vis* o governo italiano. O FdI, por sua vez, se apresentaria como um meio termo entre o europeísmo do FI e o extremismo da Lega. Caso as disputas partidárias não se atenuassem, existiria um risco considerável de ruptura da coalizão e queda do governo.

Ainda sob o prisma de um governo liderado pelo FI, é possível conceber um cenário no qual o governo tentaria pôr em prática a solução das moedas paralelas. Seria, para a Lega Nord e para o FdI, uma concessão parcial de seu comprometimento com a dissolução da zona do euro, que poderia ser apresentado ao eleitorado como um primeiro passo nessa direção. Tal cenário, ainda que menos provável, não é inconcebível, especialmente após a saída de Mario Draghi da presidência do BCE³³, que acontecerá em 2019. Caso seu sucessor busque promover uma plataforma mais ortodoxa, que prejudique a economia italiana, o governo poderia utilizar o plano de Berlusconi como um último recurso. Neste caso, as tensões com a União Europeia se acirrariam, devido à violação da unidade monetária do bloco. Contudo, devido à posição de prestígio da Itália como membro-fundador e sendo esta uma das maiores economias do continente, é pouco provável que este buscasse puni-la com sanções, ou congelamento de seus direitos de voto. A intenção de implantar um regime de moedas paralelas seria uma poderosa ferramenta de negociação italiana, que poderia levar a um debate maior a respeito das políticas ortodoxas dentro da UE - e, por fim, uma revisão das políticas monetárias do bloco, e mesmo uma reforma da zona do euro e do sistema de governança do BCE.

³³ Draghi, economista italiano que preside o BCE desde 2011, é considerado próximo ao Forza Italia e ao Partido Popular Europeu, partido europeu do qual faz parte o FI.

Não obstante a relativa instabilidade da coalizão, em decorrência das divergências de posição principalmente a respeito da relação entre a Itália e a UE, a sua encarnação sob a liderança do FI seria o cenário mais estável. Fiel ao seu caráter moderado, e gozando de considerável influência no interior do bloco, o partido buscaria conciliar os interesses italianos com os de Bruxelas o máximo possível, a despeito da provável oposição da Lega - e, possivelmente, do FdI. O custo de oportunidade de abandonar o governo - e arriscar uma queda na popularidade, podendo ser vistos como excessivamente intransigentes e dogmáticos - seria alto para os três partidos. Ainda que Salvini pudesse levar adiante uma saída da Lega e um retorno à oposição, apresentando-se como um verdadeiro soberanista, e ao FI como subordinado a Bruxelas ou aos seus próprios interesses, esta empreitada traria consigo altos riscos - e tal cenário só seria crível em um contexto de baixa popularidade do governo, ou de exclusão da Lega dos processos de tomada de decisão internos à coalizão, como ocorrido após a eleição siciliana de 2017 (LIBERO, 2017).

4.3.2. O Segundo Cenário: Vitória Eleitoral da Lega Nord

Uma vitória da Lega Nord sobre o Forza Italia é possível, ainda que sob circunstâncias diferentes das supracitadas. Neste cenário, elaborado com base em pesquisas de opinião publicadas até dezembro de 2017 (TECNÈ, 2017), a diferença entre os partidos seria consideravelmente menor. Sob este contexto, Matteo Salvini se tornaria Primeiro-Ministro da Itália, à frente de uma coalizão sem um partido dominante, e consideravelmente mais instável do que a descrita anteriormente.

O principal fator da instabilidade é a diferença ideológica entre os dois maiores partidos da coalizão. Enquanto que a Lega Nord buscaria a implantação do maior número de políticas soberanistas e eurocéticas possíveis, o Forza Italia manteria sua posição europeísta, pressionando pela aproximação do governo do centro-direita em contrapartida à direita *per se*. Neste contexto, o FdI apareceria como um mediador importante, assim como o avalista da coalizão. Não obstante a sua maior proximidade ideológica, neste tópico, com a Lega, o partido de Meloni tem em Berlusconi um importante parceiro de governo em regiões como a Sicília. Além disso, uma aproximação excessiva a Salvini poderia levar à diminuição do espaço político do partido, que se apresenta como a alternativa entre a moderação do FI e o radicalismo da Lega (SECOLO D'ITALIA, 2017).

Em um governo no qual a Lega Nord é protagonista, as relações com a UE seriam consideravelmente mais tensas e conflituosas do que no governo liderado pelo FI. Um dos

principais pontos de conflito seria a questão do euro. Para ela, duas possibilidades aparecem como as mais prováveis: a concordância em executar o plano das moedas paralelas, entendido como um primeiro passo em direção à saída italiana do euro - e, retoricamente, ao próprio fim da moeda comum - ou uma ruptura com os berlusconianos, que poderia levar à queda do governo. No caso da primeira, o resultado seria similar àquele apresentado no cenário anterior, com o agravante da retórica antieuropeísta da Lega, que tornaria uma solução negociada mais difícil.

No segundo caso, a ruptura provavelmente levaria à realização de novas eleições, posto que o governo se tornaria insustentável. As únicas possibilidades seriam uma grande coalizão entre PD e FI, ou a entrada do M5S - ambas altamente improváveis. Conforme previsto pela Constituição Italiana, Salvini continuaria à frente do governo durante o período de campanha. Uma dissolução precoce da coalizão poderia levar a uma guinada ainda mais à direita na Lega, que abriria espaço para o FdI como “terceira via”. Contudo, a prolongada instabilidade seria negativa para os prospectos eleitorais da centro-direita: não apenas a coalizão se torna impraticável sem que um dos partidos maiores - Lega e FI - mude a base de sua política para o euro, ou não há coalizão. No segundo caso, um período de crise governamental e instabilidade seria a consequência natural - criando o risco de um agravamento da situação econômica italiana.

A única forma possível para Salvini de iniciar um processo de saída do euro seria com o apoio do M5S. O partido, historicamente oposto ao euro, tem atenuado o seu discurso desde a ascensão à liderança de Luigi Di Maio, que classificou a realização de um referendo a respeito do euro como um “último recurso” (NAVACH, 2017). Ainda que, em decorrência das regras internas de governança do M5S, a proposta pudesse ser posta para votação entre os membros do movimento, uma aliança com Salvini, mesmo que para fins específicos, seria improvável, em decorrência da rivalidade política e antagonismo ideológico das partes.

Mesmo que não houvesse ruptura e a coalizão liderada pela Lega continuasse à frente do governo, as consequências para as relações entre a Itália e a União Europeia seriam severas. Primeiramente, haveria uma mudança na balança de poder interna ao bloco a favor dos eurocéticos, com um membro-fundador elegendo um governo de direita radical e agenda oposta aos valores fundamentais da UE. Salvini encontraria aliados naturais em governos como os da Polônia e da Hungria - não obstante o conflito diplomático a respeito da redistribuição de refugiados da Itália - e se oporia ao eixo franco-alemão. Em decorrência do equilíbrio de poder com o Forza Italia, tal oposição se manifestaria mais retoricamente do que

por meio de ações concretas, ainda que estas pudessem surgir na forma de pressões por reformas institucionais na UE. Em segundo lugar, uma Itália assertivamente eurocética não seria bem recebida pelas autoridades da UE, o que poderia levar à escalada do conflito. Neste caso, a pressão no interior do pólo soberanista da coalizão por uma ação em direção à saída do euro cresceria. Salvini teria como opções acatar as pressões - com a certeza de uma ruptura com o FI - ou contê-las e seguir um curso mais moderado, o que poderia custar-lhe parte de sua base eleitoral.

Em suma, um governo liderado pela Lega Nord nas circunstâncias supracitadas seria muito mais instável do que aquele apresentado no cenário anterior. O maior equilíbrio de poder entre as partes - impossibilitando que uma delas se posicione com mais força diante da outra - e as suas posições distintas com relação à UE trariam consigo um maior potencial de ruptura. Caso a Lega obtivesse um percentual similar ao do FI no cenário anterior, a sua posição na barganha seria mais vantajosa, e sua voz na formulação do plano de governo mais relevante. Contudo, dada a concentração do partido no Norte do país, e a sua dificuldade de atrair o eleitorado central e meridional, tal possibilidade é remota.

Ainda que em tópicos como imigração, política fiscal, e segurança haja consenso, no que se refere à abordagem com relação ao bloco as divisões são profundas. Qualquer tentativa de abertura de um processo de saída do euro levaria ao fim da coalizão, enquanto que a manutenção do *status quo* desacreditaria a Lega perante seus eleitores. O plano de moedas paralelas, por sua vez, seria a única possibilidade realista para este governo de manter a popularidade e executar um dos aspectos-chave da política *leghista*. No caso de uma escalada com a UE, a vocação pró-europeia do FI levá-lo-ia a pressionar o governo em direção à conciliação. Na ausência desta, a posição italiana na UE encontrar-se-ia ameaçada, podendo acarretar em uma ruptura - formal ou informal - por parte da ala mais europeísta do FI, que votaria contra quaisquer medidas antieuropeias. Assim, mesmo que não houvesse uma queda do governo, ele estaria impossibilitado de executar quaisquer ações que pusessem o *status* italiano na UE em perigo.

5. CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscou-se elaborar cenários plausíveis a respeito da política para o euro de um eventual governo de centro-direita italiano por meio da compreensão da dinâmica interpartidária e dos pontos de convergência e divergência entre os projetos de poder de cada um dos três partidos analisados. Para tal fim, fez-se uma análise histórica da formação do

sistema político italiano durante o *Risorgimento*, e da política partidária resultante deste processo, desde a Unificação italiana em 1861 até 2017. A interpretação dos dados históricos foi realizada tendo como base uma abordagem teórico-conceitual que contempla conceitos como nação e nacionalismo - fundamentais para a compreensão dos fenômenos contemporâneos de ascensão da direita identitária - e seu papel tanto nas sociedades nacionais quanto na sociedade internacional.

Utilizou-se, assim, a elaboração de Benedict Anderson a respeito das Comunidades Imaginadas para a compreensão do conceito de nação, e a de Ernest Gellner e Miroslav Hroch a respeito do surgimento das nações relacionado à modernização, à transição entre os sistemas feudal e capitalista e à criação e adoção por parte da classe política dominante de um mito nacional com base em tradições locais precedentes para compreender a sua formulação e os processos que levaram à ascensão do nacionalismo como importante força política no continente europeu.

A diferença entre nacionalismo cívico e étnico, similar - porém não igual - à apresentada por Mayall entre nacionalismo liberal e histórico, fez-se importante na compreensão do fenômeno na Itália. Ao passo que o primeiro se refere a uma visão da necessidade do Estado-nacional para fins racionais de autodeterminação dos povos e manutenção de direitos, o segundo é baseado em uma noção determinista a respeito da etnia dominante. O nacionalismo liberal rejeita as guerras como forma de solução de controvérsias, e é inclusivo no sentido de aceitar a autodeterminação como um princípio geral, e não exclusivo a uma nação - ao contrário do nacionalismo histórico, de caráter exclusionário e focado na nação específica daquele que o promove.

Por meio deste entendimento foi possível compreender a atuação das forças da Direita Social na Primeira República - notavelmente, o MSI - e das forças contemporâneas de direita de caráter identitário, como a Lega Nord. É possível observar uma continuidade ideológica, ainda que sob narrativas distintas e adaptadas para o contexto histórico e político, de contraposição entre a soberania nacional italiana e as alianças internacionais, ou os processos de integração continental. Foi possível, por meio desta análise, compreender a ideia de uma direita “identitária” pela identificação entre a nacionalidade e o Estado, e a percebida necessidade de defesa desta identidade contra influências externas vistas como indesejáveis.

Ao analisar a história política italiana, foi possível observar a existência de linhas ideológicas que transcendem a existência de partidos políticos específicos, manifestando-se

através da história na forma de um ou mais partidos distintos, e cujas especificidades variam de acordo com as circunstâncias políticas. Essas linhas, como a do nacionalismo, a do liberalismo, a do socialismo e a do catolicismo político, fazem-se presentes, de diferentes formas, desde a Unificação, e a partir da década de 1910, com a fundação do PPI, todas passam a ter representação política. O sistema político da Primeira República, em particular, foi a origem não apenas das manifestações nacionalistas da direita social, como também do fortalecimento da socialdemocracia. Com a dissolução dos principais partidos - e o surgimento de novas forças - teve origem a Segunda República, com a refundação e reorganização dos partidos, e a manutenção das linhas ideológicas. A dissolução da DC, conforme observado, levou à reorganização de seus expoentes de acordo com suas filiações às correntes ideológicas internas ao partido católico. Ainda neste período, houve uma reforma no campo da direita, com a reformulação do MSI e a renúncia ao neofascismo, o surgimento do Forza Italia como nova força liberal e moderada, e o crescimento da Lega Nord, motivada, em sua fase inicial, pelo separatismo padano.

Durante a realização dos cenários, foi possível concluir que ainda que haja possibilidades concretas da formação de um governo de centro-direita relativamente estável, esta está condicionada aos resultados eleitorais e à existência ou não de um partido dominante no interior da coalizão. Devido à sua influência no interior da UE, e de seu caráter mais moderado e pró-europeu, o FI seria capaz de comandar um governo mais estável em suas relações exteriores, tendo, contudo, que realizar uma guinada à direita internamente para manter a coalizão. Há, em matérias de política migratória, tributária e de segurança, consenso entre as partes, estando suas principais divergências nas questões relativas à UE. Em decorrência de diferenças ideológicas e de abordagem para com assuntos europeus, seria necessária uma negociação entre a Lega e o FI a respeito das medidas a serem tomadas com relação ao euro - com o FdI atuando como avalista. O plano de moedas paralelas, ainda que pudesse representar uma alternativa concreta favorável às duas partes, teria a rejeição da União Europeia como obstáculo.

A realização deste trabalho possibilitou a observação da realidade política italiana sob um prisma tanto histórico-estrutural quanto conjuntural, e à elaboração de cenários plausíveis a respeito da formação de governos no próximo ciclo eleitoral. Por meio da identificação de linhas ideológicas, e de sua situação nos respectivos contextos históricos, foi possível observar diferentes lógicas de formação governamental, assim como modificações nesses padrões de acordo com a realidade política da época.

Ao realizar a construção dos cenários, as particularidades internas à centro-direita, seus pontos de convergência e divergência, foram considerados e analisados de forma a obter um resultado mais plausível. A transformação da Lega Nord de partido regionalista para nacionalista identitário demonstrou uma tendência contemporânea de guinada nacionalista no país, em conformidade com movimentos semelhantes no restante do continente europeu.

A partir da realização deste trabalho, é possível observar a necessidade de posteriores estudos a respeito das características da centro-direita italiana, das relações inter-partidárias, e das ideias deste campo a respeito da inserção da Itália na Europa, e da própria ideia de Europa. Os motivos por trás da alta rejeição italiana à moeda comum, acima da média europeia, devem ser estudados para além da explicação puramente econômica, e sob o prisma da retórica antieuropeísta de partidos como a Lega Nord, de modo a compreender os motivos por trás do sucesso desta.

Por fim, em relação à construção de cenários, seria importante a continuidade da análise para além da possibilidade de vitória da centro-direita. Ainda que seja o resultado mais plausível, deve-se levar em consideração a possibilidade, ainda que remota, de uma mudança na diretriz do M5S de não entrar em coalizões, e analisar quais seriam os possíveis parceiros do partido em um eventual governo, assim como suas políticas para a moeda comum. No período posterior à eleição, no caso de uma vitória da centro-direita, deve-se elaborar estudos a respeito de suas políticas para a União Europeia, buscando explicações estruturais e conjunturais para as políticas executadas pelo eventual governo - sejam estas favoráveis ou contrárias ao euro. Da mesma forma, em caso de uma vitória do M5S ou da centro-esquerda, os mesmos esforços seriam importantes, assim como a análise da reformulação política pela qual passaria a centro-direita italiana neste caso.

6. REFERÊNCIAS

ALTAROZZI, Giordano. Alcune considerazioni sul Risorgimento di italiani e romeni: parallelismi e divergenze. In: ALTAROZZI, Giordano; SIGMIREAN, Cornel. **II Risorgimento Italiano e i Movimenti Nazionali in Europa: Dal modelo italiano alla realtà dell'Europa centro-orientale**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2013. p. 9-20.

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Nova York: Verso, 1983.

ANNECKER, Edoardo. **Il Partito Comunista Italiano e la Rivoluzione d'Ungheria del 1956**. 2014/2015. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciência Política, Luiss Guido Carli, Roma, 2015.

BALE, Jeffrey M. **The Darkest Sides of Politics, I: Postwar Fascism, Covert Operations, and Terrorism**. Londres: Routledge, 2017.

BEALES, Derek; BIAGINI, Eugenio F.. **The Risorgimento and the Unification of Italy**. Harlow: Pearson Education Limited, 2002.

BERLUSCONI, Silvio. **Con la doppia moneta useremo l'euro per le transazioni internazionali e la nuova moneta per le transazioni interne**. #PortaAPorta. 2017. Disponível em: <<https://twitter.com/berlusconi/status/931300499588046848>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Berlusconi a Tgcom24: "Sono sceso in campo contro il pericolo M5s". **TgCom24**. Milão, p. 1-2. 12 dez. 2017. Disponível em: <http://www.tgcom24.mediaset.it/politica/berlusconi-a-tgcom24-sono-sceso-in-campo-contro-il-pericolo-m5s-_3111718-201702a.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2017.

Berlusconi e Meloni al governo, Salvini all'opposizione: il centrodestra vince le elezioni poi esplode. **Libero**. Milão, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.liberoquotidiano.it/news/politica/13285250/regione-sicilia-crisi-centrodestra-salvini-lega-opposizione-musumeci-senza-maggioranza-scontro-berlusconi-meloni-.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BUZAN, Barry. **An Introduction to the English School of International Relations: The Societal Approach**. Cambridge: Polity, 2014.

CARUSI, Paolo. **I partiti politici italiani dall'Unità ad oggi**. Roma: Studium, 2015.

COLARIZI, Simona. **Storia politica della Repubblica**. Partiti, movimenti e istituzioni 1943-2006. Roma: Laterza, 2007.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

D'AZEGLIO, Massimo Taparelli. **I miei ricordi**. Florença: Barbera, 1891.

DAVIS, Melton S.. Almirante Is No M.s...i.. Yet. **The New York Times**. Nova Iorque, p. 1-2. 6 jun. 1971. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1971/06/06/archives/almirante-is-no-msi-yet-almirante-is-no-msiyet.html>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

DE ROSA, Gabriele. **Il Partito Popolare Italiano**. Roma: Laterza, 1988.

DISCALA, Spencer M. **Italy: From Revolution to Republic, 1700 to the Present**. Boulder: Westview, 2009.

Echi di Milano. **Gazzetta Piemontese**. Turim, mai. 1882. Disponível em: <http://www.archiviolastampa.it/component/option,com_lastampa/task,search/mod,libera/action,viewer/Itemid,3/page,1/articleid,0015_01_1882_0134_0001_18716505/>. Acesso em: 26 nov. 2017.

EUROBARÔMETRO. **The euro area: Italy**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2016. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/FLASH/surveyKy/2104>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

EUROBARÔMETRO. **The euro area: Italy**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2017. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/FLASH/surveyKy/2158>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

EU shoots down Berlusconi parallel currency proposal. **Reuters**. Bruxelas, aug. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-italy-currency-berlusconi-commission/eu-shoots-down-berlusconi-parallel-currency-proposal-idUSKCN1B32BP>> Acesso em: 28 out. 2017.

FORZA ITALIA. **Carta dei valori**. Roma: Forza Italia, 2014.

FRATELLI D'ITALIA. **IL PROGRAMMA DI FDI-AN PER LE ELEZIONI EUROPEE 2014**. Roma, 2014. Disponível em: <<http://www.fratelli-italia.it/programma-europa/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Manifesto per un'Europa dei popoli**. 2017. Disponível em: <<http://www.fratelli-italia.it/firmamanifesto/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **UE, MELONI: LIBERIAMOCI DALLA ZAVORRA DELL'EURO, GERMANIA 'SANGUISUGA' CHE SI ARRICCHISCE A SCAPITO DELLE ALTRE**

NAZIONI. 2016. Disponível em: < <http://www.fratelli-italia.it/2016/09/09/ue-meloni-liberiamoci-dalla-zavorra-delleuro-germania-sanguisuga-si-arricchisce-scapito-delle-nazioni/>>. Acesso em 23 jan. 2018.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GOTTA, Salvator; BLANC, Giuseppe. **Giovinezza**: Inno Trionfale PNF. 1924. Disponível em: <<http://www.aclorien.it/archiviocantipatriottici/song.php?id=2238>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

GRILLO, Beppe. **Come si esce dall'euro**. 2014. Disponível em: <<http://www.beppegrillo.it/fuoridalleuro/come-uscire-euro/come-si-fa.html>>. Acesso em: 2 dez. 2017.

HARTLEB, Florian. **A Thorn in the Side of European Elites: The New Euroscepticism**. Bruxelas: Wilfried Martens Centre For European Studies, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HROCH, Miroslav. **Social Preconditions of National Revival in Europe: A Comparative Analysis of the Social Composition of Patriotic Groups Among the Smaller European Nations**. Nova York: Columbia University Press, 1985.

INDEX. **Sondaggio INDEX RESEARCH 30 novembre 2017**: CDX 36,6%, CSX 29,2%, M5S 27,3%. La7. Milão, nov. 2017. Disponível em: <<https://scenaripolitici.com/2017/12/sondaggio-index-research-30-novembre-2017.html>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

ITÁLIA. Lei nº 165, de 3 de novembro de 2017. **Modifiche Al Sistema di Elezione della Camera Dei Deputati e del Senato della Repubblica**. Delega al Governo per la determinazione dei collegi elettorali uninominali e plurinominali. Roma, 11 nov. 2017. n. 264.

LEONI, Francesco. **Storia dei partiti politici italiani**. Nápoles: Guida Editori, 2001.

MAGOCSI, Paul Robert. **Roots of Ukrainian Nationalism**. Toronto: University Of Toronto Press, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Il Principe**. Turim: Einaudi, 1961.

MAXWELL, Alexander. **Choosing Slovakia: Slavic Hungary, the Czechoslovak Language and Accidental Nationalism.** Nova York: I.B. Tauris, 2009.

MAYALL, James. **Nationalism and International Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Meloni: rifare An? Sì, senza l'epilogo Tulliani. E piange per Musumeci. **Secolo D'Italia.** Roma, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.secoloditalia.it/2017/11/meloni-rifare-an-si-senza-lepilogo-tulliani-e-piange-per-musumeci-video/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MOVIMENTO 5 STELLE VITTORIO VENETO. **Le 5 Stelle:** cosa rappresentano. Disponível em: <<http://www.movimento5stellévittorioveneto.it/features/le-5-stelle-cosa-rappresentano/>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

NAVACH, Giancarlo. **Italy's 5-Star says euro referendum is 'last resort'.** Reuters. Cernobbio, set. 2017. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-italy-fivestar-euro/italys-5-star-says-euro-referendum-is-last-resort-idUSKCN1BE0HY>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

PARTITO DEMOCRATICO. **Manifesto dei valori.** Roma, 16 fev. 2008. Disponível em: <<https://www.partitodemocratico.it/manifesto-dei-valori/>> . Acesso em 21 nov. 2017.

PARTITO SOCIALISTA ITALIANO. **La storia.** Roma, 2016. Disponível em: <<http://www.partitosocialista.it/la-storia/>>. Acesso em 24 nov. 2017.

PENSA, Cristina; RAPACCIUOLO, Ciro. **Uscita dall'euro = svalutazione = rilancio di export e PIL? False equazioni.** 2012. Disponível em: <<http://www.confindustria.it/studiric.nsf/DOCST/8DDEE0EC696350B6C1257A3E003421AA?OpenDocument>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

RAO, Nicola. **Trilogia della celtica: La fiamma e la celtica - Il sangue e la celtica - Il piombo e la celtica** La vera storia del Neofascismo italiano. Milão: Sperling & Kupfer, 2014.

RAPISARDA, Antonio. **All'Armi Siam Leghisti: Come e perché Matteo Salvini ha conquistato la Destra.** Correggio: Wingsbert House, 2015.

REGIONE SICILIA. **ELEZIONI REGIONALI DEL 5 NOVEMBRE 2017: Risultati Provvisori Degli Scrutini.** 2017. Disponível em: <http://www.elezioni.regione.sicilia.it//rep_3/votiListeRegionali.html>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SARDENHA. **Statuto Albertino**. Constituição do Reino da Sardenha. Turim, 1848.

STELLA, Nicola. **Vittoria storica del centrodestra, in Liguria “il vento è cambiato”**. Il Secolo XIX. Gênova, p. 1-2. jun. 2017. Disponível em: <http://www.ilsecoloxix.it/p/genova/2017/06/25/AS3wWV5H-vittoria_cambiato_centrodestra.shtml>. Acesso em: 5 set. 2017.

STURZO, Luigi. **Il partito popolare italiano**. Popolarismo e fascismo. Bologna: Nicola Zanichelli Editore, 1924.

TECNÈ. **Sondaggio TECNÈ 12 dicembre 2017: CDX 38,2%, M5S 26,7%, CSX 26,3%**. TgCom24. Milão, dez. 2017. Disponível em: <<https://scenaripolitici.com/2017/12/sondaggio-tecne-12-dicembre-2017.html>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

TAGGART, Paul; SZCZERBIAK, Aleks. **Contemporary Euroscepticism in the party systems of the European Union candidate states of Central and Eastern Europe**. European Journal Of Political Research, Chichester, v. 43, n. 1, p.1-27, jan. 2004.

TAYLOR, A.J.P. **The Habsburg Monarchy: 1809-1918**. Londres: Hamish Hamilton, 1948.

VALENTINI, Valerio. **Ma quale svolta, sull'uscita dall'euro Salvini non ha cambiato idea**. Parola di Borghi. Il Foglio. Milão. 1 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.ilfoglio.it/politica/2017/11/01/news/ma-qual-e-svolta-sull-uscita-dall-euro-salvini-non-ha-cambiato-idea-parola-di-borghi-160959/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

VELHO, Gilberto; VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. **O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica**. In: Artefato: Jornal de Cultura. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, 1978, n.1.